

O pragmaticismo como método de estudo da subversão anônima.¹

Felipe José de Xavier Pereira²

Resumo

A partir do pragmaticismo e da ótica sobre as mudanças causadas pelos avanços nos meios técnicos iremos abordar o processo subversivo do anonimato presente nas redes. Acreditamos que nas redes digitais de interface anônima podemos maximizar a apreensão dos processos envolvidos devido a presença de uma significação compartilhada, que remove amarras de uma identidade persistente e vocaliza ideologias divergentes e processos de apropriação simbólica.

Por meio das interfaces de anonimato e diferentes sistemas de armazenamento de dados, temos exemplos da subversão de signos híbridos, da apropriação de sentidos e ideologias num terreno multicódigo; reunindo características que apontem possíveis mudanças de hábitos na busca por lógicas universais em tempos dinâmicos.

Palavras-chave: Pragmaticismo, anonimato, redes digitais.

Abstract

From pragmaticism and the view about the changes caused by technical advances we will address the subversive process of anonymity networks. We believe that in digital networks of anonymous interface we can maximize the seizure of the processes involved due to the presence of a shared signification, which removes the shackles of a persistent identity and voice differing ideologies and processes of symbolic appropriation.

Through different interfaces of anonymity and data storage systems, we have examples of subversion of signs hybrids, the appropriation of meanings and ideologies in a land multicode; gathering characteristics that point to possible habits changes in the search for universal logical in dynamic times.

Keywords: Pragmaticism, anonymous, digital networks

¹

Trabalho submetido ao GT2 – Segfault: Conflitos entre leis, normas e o digital na ação em rede

²

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PPGCOM) da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Introdução

É fato sabido o grande impacto que os avanços tecnológicos vem causando na civilização humana e nos campos de conhecimento. A velocidade destas mudanças tem ocorrido de forma cada vez mais rápida, ocasionando dificuldades para a humanidade se estabilizar ou definir um hábito de conduta diante dos objetos técnicos introduzidos no campo da humanidade.

Estas transformações que repercutem também nos campos do conhecimento, vem agindo sobre modelos, teorias e paradigmas outrora estabelecidos.

Dentre os avanços, é a internet um dos processos técnicos que mais modificam o ambiente humano, agindo sobre seus meios de comunicação, de percepção, de informação e de organização social.

Muitos autores vem buscando estabelecer padrões de ocorrência que possam prever o padrão futuro neste momento de instabilidade. Alguns buscam em teorias estritamente nominalistas e estruturalistas, formas de englobar todo o campo de alterações da vida contemporânea, porém, estas correntes de pensamento, se colocam a mercê dos ventos das mudanças por estarem elas mesmas sofrendo os efeitos de instabilidade epistemológica fruto da tecnologia, em outras palavras, queremos dizer que é delicado analisar mudanças na vida e nos processos culturais humanos com teorias que se baseiam naquilo que está sendo alterado nestes tempos instáveis, a língua e as formas de comunicação do homem.

Por isto, decidimos aqui tomar um outro caminho, e tratarmos destes assuntos através de uma teoria secular e que, a partir do realismo, busca encontrar os padrões universais de um objeto de estudo colocado em questão. Estamos nos referindo ao pragmatismo de Peirce, cuja máxima, se refere ao:

“Modo de se reconhecer a realidade dos objetos das ideias gerais na sua generalidade. Ora, ideias gerais governam a ação; elas são verdadeiramente leis de crescimento, elas são causas finais reais, elas são efetivamente normativas” (POTTER, apud SANTAELLA, p. 80, 2004b).

O pragmatismo que Peirce buscou durante a sua vida, pode ser definido de várias maneiras, mas a busca de generalidades e padrões universais se manteve pertinente nos diversos tons com os quais ele foi desenvolvendo a sua obra. E desta forma, Peirce nos introduz ao seu método pragmático como maneira pela qual podemos buscar padrões e ocorrências futuras de eventos do Universo.

“ Existem algumas subdivisões, pelo menos dez classes de grande importância lógica. Um argumento é sempre entendido pelo seu interpretante para então pertencer a uma classe geral de argumentos análogos que, como uma classe, tendem a verdade. Isto pode acontecer de três maneiras, levantando uma tricotomia dos argumentos simples em deduções, induções e abduções (C.P. 266)³. ”

Possibilitando então um distanciamento seguro o bastante para se analisar um fenômeno, o método pragmaticista vai de encontro ao que necessitamos para não cairmos numa falácia nominalista pois se associa com ideais universais e não necessariamente da natureza humana. Além disso, este método nos possibilita a busca de uma razoabilidade, através do autocontrole pela autocrítica e heterocrítica, permitindo que as mudanças infundáveis de determinado campo de conhecimento estejam sempre atreladas ao raciocínio contínuo da inteligência humana.

Através do pragmatismo, iremos focar nossa abordagem nos ambientes que favoreçam o anonimato como interface. Na contramão da identidade persistente, temos o anonimato e a ausência de registros como características de um determinado ambiente digital de redes que nos permitem aprofundarmos aos aspectos primários da estruturação da rede e seu modo dinâmico de funcionamento.

Dito isto, o que iremos tratar a partir deste método pragmaticista por meio do anonimato e sob a ótica das mudanças causadas pelos avanços tecnológicos, é um site chamado 4chan (www.4chan.org). A escolha deste site como objeto será esclarecida sob a perspectiva pragmaticista, a seguir.

O HÁBITO E O 4CHAN

O 4chan é um *imageboard*, ou seja, um site baseado em postagem de imagens, ele

³ _Tradução do autor

é conhecido por se posicionar na divisão entre a Internet de Superfície e a Internet Profunda (*Deep Web*⁴), BERGMAN, 2001. Isto quer dizer que ele lida com informações vindas de áreas familiares da internet e também com áreas mais obscuras, ilegais e não indexáveis. Ou seja, a amplitude de temas levados para debate no 4chan é enorme, de trivialidades até questões grotescas, passando por assuntos polêmicos e preconceituosos como racismo, zoofilia, misoginia e outros.

Atualmente o site conta com cerca de 1 milhão e 500 mil visitantes únicos diariamente⁵, foi criado por Christopher "moot" Poole em 2003 a partir da interface de um famoso *imageboard* japonês chamado *Futaba* (2chan), de onde as principais características do 4chan vieram, como as categorias e o anonimato.

O 4chan é um grande influenciador cultural da internet, propagando memes⁶, estilos de comportamento, hackerativismo como o movimento Anonymous, além de ser um famoso aplicador de "pegadinhas" (*pranks* ou *trolling*).

Os frequentadores do site não precisam de cadastro para postar, o site tem o seu conteúdo apagado em poucos dias após sua postagem, ou seja, o 4chan não possui um banco de dados (salvo situações onde os usuários mesmo guardam imagens de um determinado evento no site).

Ele funciona basicamente a partir de discussões entre seus usuários, em tópicos cuja primeira postagem obrigatoriamente deve acompanhar uma imagem, e as seguintes ficam a critério de quem posta. E também possui cerca de 50 subcategorias que tratam de temas diversificados, sendo a mais famosa e influente, a categoria */b/* ou *random* que, é um espaço NSFW (*Not Safe for Work*), ou seja, possui imagens e debates que não respeitam as normas sociais, indo de assuntos como games, desenhos japoneses, até sexo, racismo e situações escatológicas, tudo sempre dotado de um tom cômico.

⁴ Termo criado por Mike Bergman, e se refere ao pedaço da internet não acessível por mecanismos de busca ou indexação.

⁵ [_https://www.4chan.org/advertise](https://www.4chan.org/advertise)

⁶ *Meme* é um termo usado pela primeira vez por Richard Dawkins em "O gene egoísta", e que fora reapropriado na internet para se referir a jargões, frases e imagens que apresentam um certo grau de humor e de padronização em cada tipo possível de meme.

Enquanto muito do conteúdo do 4chan é pura brincadeira, existe algo de especial ocorrendo lá. 4Chan permite seus usuários a serem "babacas", mas mais importante, ele provê uma plataforma de rede social que se foca no que alguém está dizendo ao invés de quem está dizendo. Até onde você sabe, o sujeito que iniciou um tópico sobre partículas da física no /b/ é o Stephen Hawking. É meritocracia na sua forma mais pura. O mais esperto, mais engraçado, rápido, forte conteúdo vence, independente de quão popular, bonito ou renomado o autor do post é. O anonimato não aceita ou garante aplausos. (STRYKER, p.277)

Sendo assim, ao relacionarmos o que afirma Peirce, sobre um hábito ser a coisa mais difícil de mudar (SANTAELLA, p. 247, 2004); com as mudanças de hábito, padrões e epistemes, que os avanços tecnológicos trazem, acreditamos que a partir de um prisma pragmático, um site (como subproduto da revolução tecnológica e da informação), ou objeto possa reunir características que apontem possíveis mudanças de hábitos antigos e a possibilidade do estabelecimento de novos hábitos na busca por um universal.

Um site como o 4chan que, dentro de uma interface bastante peculiar de anonimato e banco de dados, influente na disseminação de signos híbridos, de se apropriar de sentidos e propagar de ideologias num terreno multicódigos, se faz um excelente candidato para buscamos abduzir, deduzir e induzir inferências possíveis de serem universais neste momento de transformação em que vivemos.

"A nova construção, no contexto da teoria dos signos e da lógica abduzitiva, diz respeito às consequências que a aceitação de uma hipótese terá sobre a conduta ou o pensamento de um intérprete, quer dizer: em que medida ela o levará a uma mudança de hábito de pensamento e de ação, ou melhor, a um interpretante lógico último na direção da trilha imponderável mas sempre evolutiva do interpretante final?" (SANTAELLA, p. 252, 2004)"

O pragmatismo de Peirce considera o hábito como o único processo mental que "responderia ao requisito da ligação da mente com o mundo", e que funcionaria como o princípio-guia que garante a continuidade das interpretações em outras ocasiões (SANTAELLA, pp.145, 147, ano 1994).

Logo, se temos o hábito como processo mental que norteia as relações entre os signos, objetos e seus interpretantes, quando novos signos são apresentados temos a criação de novos hábitos e, conseqüentemente quando ocorre alguma mudança nas relações sígnicas, temos mudança de hábito, ou uma reorganização espacial do princípio guia.

Através dos nossos atos e hábitos e mudanças de hábito (SANTAELLA, p138,

ano 1994), o hábito atravessa a relação triádica entre lógica, ética e estética na busca de uma razoabilidade concreta:

A razoabilidade concretiza-se na medida mesma em que nós adotamos o ideal da razoabilidade, somos guiados por ele, empenhamo-nos eticamente nele, enquanto a lógica nos fornece os meios de autocontrole crítico do pensamento para atingi-lo. Esse autocontrole é possível pelo cultivo de hábitos de pensamento, de ação e desentendimento, pela mudança desses hábitos tão logo necessários. Esse é simplificadoramente o cerne do pragmatismo peirceano” (SANTAELLA, p138, ano 1994).

Esta questão do hábito e da razoabilidade foi levantada, para podermos relacioná-las com as possibilidades de universais que podemos encontrar no estudo de um site como 4chan que, apesar de ser apenas um site, nos permite analisar aspectos particulares da busca por um ideal ou uma razoabilidade, ou da ocorrência de eventos particulares que tendam para o universal.

A degenerescência sí gnica e o modo de funcionamento do 4chan.

O 4chan funciona inteiramente no ambiente online, com uma interface multicódigo, desprendido de identidades individuais em prol do anonimato e funcionando sem um banco de dados que registre tudo que acontece no site.

Desta maneira, pela predominância do texto escrito e da necessidade de se postar imagens, ele lida com códigos visuais e verbais na maior parte do tempo. Apesar da existência de um regulamento, e de assuntos em sessões diversificadas, o 4chan no /b/, ou *random*, nossa categoria eleita de estudo, aparenta possuir um padrão de comportamento muito semelhante nos seus milhares de usuários anônimos, e isto nos chama a atenção, pois não existe de fato um código de conduta⁷ imposto.

Além deste padrão, que faz o /b/ ser uma comunidade poderosa não só por causa da dissidência ativista, o Anonymous, mas também pela casual ocorrência de levantes e movimentos de “ anônimos” , que já realizaram ações como rastrear pessoas, clonar cartões de créditos, roubar senhas de e-mails como ocorreu com a candidata republicana

⁷ _Usuários do 4chan, que num dado momento se intitularam membros do grupo hackerativista Anonymous, difundiram uma série de regras de etiqueta na internet com referências culturais e humor, para saber mais acesse: <http://knowyourmeme.com/memes/rules-of-the-internet>

Sarah Palin⁸ em 2008, avisar a polícia sobre crimes⁹, e por fim a capacidade que os usuários possuem de compartilhar e difundir imagens, frases, vídeos e textos, que muitas vezes acabam se tornando memes.

Dito isto, de acordo com as mudanças de nossa época, podemos ver através do 4chan, um processo que não é exclusivo dele, mas bastante representativo, e que diz respeito à apropriação de sentido de outras produções midiáticas ou canais de comunicação. O aspecto anônimo do 4chan possibilita tanto a expressão quanto a observação de símbolos e percepções que outrora se encontram encobertas pelo manto da identidade e do controle.

Isto acontece dado o acesso a ferramentas técnicas de criação e produção, como programas de computador que a internet e sua rede de comunicação oferece. E também pela vocalização que a internet permite ao usuário e outrora apenas receptor de informações pelos canais de mídia. Desta maneira, o 4chan nos aparece como um ambiente no espaço que permite aos usuários produzirem com certo grau de liberdade criativa apropriações de sentido, enquanto mantem antigos sentidos e incorporam novos, num processo de manutenção da razão e desenvolvimento da inteligência através do autocontrole humano.

Para Peirce, só na razoabilidade, ou razão criativa — aquela que incorpora a complexidade dos elementos da ação, surpresa, conflito, dúvida, insight, emoção e, até mesmo e principalmente, os sentimentos mais vagos e incertos pode ser encontrado o atributo próprio desse ideal (ideal estético) (SANTAELLA, p138, 1994).

Sendo o hábito, a " única ponte que pode ligar o abismo entre o acaso do caos e o cosmos da ordem (PEIRCE apud SANTAELLA p.248 2004), quando colocado em jogo numa análise do 4chan e sua característica de reapropriação de sentido, acabamos nos remetendo a uma investigação a respeito da degenerescência sígnica e do hibridismo semiótico.

Portanto, para que a mudança de hábitos de sentimentos ocorra é necessária a existência de processos semióticos híbridos, nos quais os interpretantes últimos finais matem seu caráter de portadores da lei de geração de semioses, mas, ao mesmo tempo, se apoiam na formação de outros tipos de

⁸ _Maiores informações em http://en.wikipedia.org/wiki/Sarah_Palin_email_hack

⁹ _Maiores informações em <http://www.geekosystem.com/4chan-burger-king-food-safety/>

interpretantes, dinâmicos, energéticos e emocionais. Isto se dá pela entrada em jogo de signos degenerados, ou seja, índices e relações de fundo icônico. (PAOLIELLO, pp. 174,175, 2007)

Ao focarmos nossa atenção nas manifestações de um ambiente voltado estritamente para as relações sígnicas como o 4chan, que como dissemos anteriormente, se desfaz do registro e da identidade individual, se focando apenas em processos multicódigos de apropriação e transmissão de sentidos.

Em um ambiente colocado de maneira dinâmica e enorme flexibilidade moral como o 4chan, podemos notar através da criação e manutenção dos memes, a permanência de um ou mais pontos de referência enquanto novos pontos perceptivos são inseridos, o humor, a obra de referência ou algum outro signo costuma continuar existente quando estamos mostrando duas situações diferentes do mesmo meme.

Numa outra via, a da degenerescência, as qualidades compartilhadas entre a produção de um usuário da internet no 4chan, e uma obra, signo, ou produção midiática, nos parece estar num constante processo de refinamento que vai agregando o objeto ao signo de maneira crescente ao longo das experimentações dos usuários em se comunicar utilizando imagens, gírias e memes que vão caminhando rumo a um ideal estético.

O processo de hibridismo semiótico, nos parece facilitado pela ausência de categorias complexas como a identidade e da permanência no banco de dados. Retirando-se estes elementos, um ambiente virtual fica propício a progredir num certo padrão invisível, de uma "força maior" (SANTAELLA, 2004), a um ideal estético, a um *Summum Bonum*.

Estes processos que vão alterando as relações entre signos e interpretantes no modo de sociabilização do 4chan nos remete ao mecanismo do *détournement*¹⁰, conceito que surgiu nos anos 50 e consiste em utilizar ferramentas da produção capitalista contra ele mesmo.

A principal diferença se coloca pelo 4chan não ter esta uma ideologia anticapitalista em si, e também porque ele não é uma comunidade necessariamente ativista, mas que usa aquilo que lhe é dado, da mesma forma que ocorre no *détournement*, se apropriando de produções midiáticas para assumir uma posição

¹⁰ _ Mais informações sobre o processo em <http://en.wikipedia.org/wiki/D%C3%A9tournement>

crítica sem um fundamento ideológico principal, o que lhe diferencia tanto do seu braço ativista Anonymous que se tornou um movimento a parte por trás do anonimato, quanto do capitalismo que era o alvo do situacionismo com o *détournement*.

Consequentemente, " ao ampliar a presença do objeto representado no signo, e daí, seu impacto sobre as mentes interpretadoras, estão dadas as condições para mudanças de hábitos de ação" (PAOLIELLO, 2007, p. 183).

Abdução, dedução e indução

Após este breve apanhado geral, emaranhando o 4chan aos conceitos pragmaticistas, é importante agora que tracemos um correlato com a metodologia pragmática, os processos de aquisição do conhecimento da abdução, dedução e indução.

A pergunta que nos fazemos agora é, de que maneira podemos falar na busca de um *Summum Bonum*, de um ideal estético (que agregue ações, razão e sentimentos) em um site que comporta uma enorme divergência de opiniões e ideologias em atrito sob a máscara do anonimato?

Para lidar com esta questão, o pragmatismo nos empresta as suas ferramentas metodológicas para que possamos buscar um ideal geral, que seja capaz de responder por uma universalidade de padrões naturais no ambiente em questão.

Nosso primeiro passo então acontece com a lógica abdutiva, que funciona a partir do princípio de que a mente para dar conta do novo, o associa o que já é conhecido, ou percebido, a uma classe preexistente. Sendo assim, seria um " sequestro" de um outro conhecimento ao objeto em questão.

Exemplificando no caso do 4chan, temos este site como um objeto novo a ser estudado pela perspectiva pragmática, desta maneira, para podermos laçar este objeto novo, nós o delimitamos a partir de outros conhecimentos já dados ou descobertos. A abdução seria a lógica da descoberta, quando o *insight* acontece na mente do ser que é acometido então por um pensamento novo, o contexto anterior deste novo saber.

A partir da abdução, a tentativa de explicar o fenômeno pelo que já é conhecido, leva a mente à produção de hipóteses a serem testadas ainda em processos mentais. A

hipótese não deve ser algo já conhecido, mas sim desafiar os conhecimentos já dados para se verificar a real validade da hipótese no movimento abduutivo.

Por exemplo, nossa hipótese aqui surge de certa curiosidade a respeito dos sites refletirem a maneira que a sociedade se organiza no mundo " real" ou não, com esta ideia em mente, nos focamos em refina-la, imaginando então o que o 4chan oferece como modelo de organização mental.

Feito isto, mentalmente colocamos em questionamento as consequências da questão formulada, se o 4chan é um modelo de organização social da contemporaneidade, as suas principais características delimitadas (a saber, o anonimato, a reapropriação de sentido e a ausência de banco de dados) devem nos informar pistas sobre o ponto levantado pela hipótese, nos levando ao processo dedutivo.

Logo, (1) se o 4chan é um modelo de organização social da contemporaneidade, o anonimato ocasiona uma maior transparência das relações, resumidas então a um único avatar anônimo que deixa aparecer características reprimidas do social. (2) Se o 4chan é um modelo de organização social da contemporaneidade a apropriação de sentido que ocorrem dentro do site, devem dizer algo sobre a apropriação de sentido que a sociedade realiza em tempos incertos e de grandes avanços como o nosso. (3) Se o 4chan é um modelo de organização social da contemporaneidade a impermanência dos dados e dos registros devem ocasionar uma maior efemeridade nas relações colocadas em jogo, criando um ambiente dinâmico e ao mesmo tempo agressivo.

“O aspecto mais propriamente dedutivo dessas inferências decorre do fato de que os objetos singulares resultantes da experimentação mental serão, necessariamente, da mesma classe do objeto geral que gerou o processo de investigação, e, portanto, ao serem testados sob determinadas condições, deverão apresentar consequências práticas similares, ou seja, efeitos de mesma qualidade, numa certa frequência de casos.”
(PAOLIELLO, 2012)

Caso tenhamos conseguido localizar alguma questão específica com estas hipóteses menores, estaremos mais próximos de compreender a lógica do objeto. E junto com estas confirmações mentais, é aqui que verificamos a nossa bagagem teórica, o estado da arte dos conhecimentos preexistentes e necessários para posicionar um determinado objeto na engrenagem pragmaticista.

Da passagem do processo mental para a experimentação prática, é interessante informarmos que, Peirce nutria um certo respeito pelo experimentalismo, mas não

limitava o seu pragmatismo a uma experiência empírica de replicação puramente experimentalista e verificacional:

“O conceito peirceano de experiência passa a ser um conceito vasto e generoso, dizendo respeito a qualquer coisa que se força sobre nós e que, na percepção, por exemplo, vai muito além daquilo que é relatado por nossos ouvidos, nariz, boca e pele (...) Também são vastos os conceitos de experimento e experimentação, pois que estes necessariamente envolvem tanto a primeiridade ou interferência imponderável do acaso, quanto a terceiridade genuína, ou seja, ação guiada por um propósito mental, não podendo ser confundidos com uma redução às technicalidades daquilo que ficou conhecido como método experimental” SANTAELLA, pp. 252 e 253, 2004)

Realizada estas etapas, abdução e dedução, partimos para a terceira e última etapa do método pragmaticista, a indução, que consiste em confirmar ou negar a partir de uma situação real, as hipóteses construídas até aqui.

A indução é a fase que mais se assemelha à experimentação de outras metodologias, podendo ser qualitativa ou quantitativa. A quantitativa, busca determinar o número de vezes ou a quantidade de vezes que um determinado fenômeno estudado ocorre, é bastante precisa, porém limitada no seu espectro de ação, sendo costumeiramente mais apta para situações laboratoriais e pesquisas com alto nível de controle objetivo. Já a pesquisa qualitativa, resumidamente, conforme o nome sugere, analisa as qualidades de um determinado fenômeno, sendo menos precisa e bastante subjetiva em comparação com as pesquisas quantitativas.

Feito estes procedimentos, partimos para a fase sentencial de julgamentos (PAOLIELLO 2012) onde verificamos a universalidade ou não daquilo que foi sabatinado pelo método triádico do pragmatismo.

No caso específico do nosso estudo sobre o 4chan, nos baseamos em estudos de caso ou de eventos relacionados ao 4chan e divulgados na internet, e também através de observações in loco. Agindo então numa perspectiva qualitativa na busca do ideal estético que apele a um universal real/virtual.

CONCLUSÃO

“Assim, no atual contexto de tantas transformações geradas pela comunicação em rede digital, acreditamos que, assim como nós, muitas mentes têm compartilhado a sensação de que pensamentos com características em transformação, **mutantes**, estejam se disseminando. Esse é um tipo de sensação que nos aparece como uma qualidade muito frágil, porém, a partir

do momento em que é percebida, torna-se, para nós, indubitável, abrindo caminho para a consciência de que aquela ocorrência singular constitui parte de algo mais geral” (PAOLIELLO, 2012).

As mudanças do momento atual englobam diversos fatores, políticos, econômicos, sociais, os quais sabemos que são questões da civilização sempre questionadas em determinado momento histórico. O que temos agora com um frescor da novidade “mutante” é o advento tecnológico da informática e da internet, da segunda metade do século XX até os dias de hoje.

Peirce não viveu em nossa época, não podendo submeter sua construção pragmática à autocrítica e heterocrítica contemporânea, mas ao mesmo tempo podemos notar que o distanciamento teórico e prático impostos pela sua postura metodológica, nos oferece uma sustentação bastante confiável de questionamento de um determinado objeto.

Um estudo sobre o poder e o modo de funcionamento de um site influente como o 4chan, nas bases do pragmatismo, nos oferece a possibilidade de pensarmos e descobrirmos o conhecimento necessário para que alcancemos nossos objetivos hipotéticos de uma maneira duradoura e robusta. Que possamos falar sobre o futuro em si, e não nos limitarmos sobre o futuro de um evento, mas do generalismo universal, do ideal *summum bonum*.

Um ponto que merece uma atenção maior neste estudo é respeito da tríade lógica, ética e estética, muito presente no pragmatismo e atrelada ao avanço do conhecimento, porém são posições que exigem um maior aprofundamento no tema e na própria obra de Peirce, ficando então como um futuro ponto a ser discutido.

Também se faz relevante a questão de que, mesmo Peirce se alinhando com o realismo em oposição às correntes nominalistas que colocam o ser humano e sua cultura como eixo central do funcionamento universal, a metodologia apresentada pelo pragmatismo é robusta o bastante para que possamos utilizá-la como método para formulações nominalistas ou estruturalistas, desde que tenhamos a percepção do pesquisador, e o conhecimento do campo estudado.

Como figura de fundo deste quadro, gostaríamos de encerrar esta apresentação reafirmando as importantes questões que estamos atravessando culturalmente devido aos avanços tecnológicos e das redes gloais. Continuando neste sentido, na perda da

fronteira entre o real e o virtual, é possível que estejamos caminhando para uma sociedade em si degenerada, cuja diferença entre um signo e um interpretante estejam desaparecendo no avanço da teoria da informação.

Referências bibliográficas

BERGMAN, M. White Paper: The Deep Web: Surfacing Hidden Value. Disponível em <<http://quod.lib.umich.edu/cgi/t/text/text-idx?c=jep;view=text;rgn=main;idno=3336451.0007.104>>. Acessado em 4 de julho de 2013.

Peirce, Charles Sanders (1931 – 1958). Collected Papers. 8 Vols. Cambridge. Harvard University Press.

PIMENTA, Francisco J. P. Pragmatismo: referência epistemológica para ciberativistas? In FERREIRA, Jairo. Cenários, Teorias e Epistemologias da Comunicação. Rio: E-Papers, 2007

PIMENTA, Francisco J. P. Comunicação multicódigos e pensamento mutante. No prelo, 2013

SANTAELLA, Lúcia . Estética: de Platão a Peirce. São Paulo: Experimento, 1994.

SANTAELLA, Lúcia . O Método Anticartesiano de C. S. Peirce. São Paulo: UNESP, 2004.

STRIKER, Cole. Epic Win for Anonymous. New York: Overlook, 2011.

**I Congresso Internacional de Net-ativismo redes digitais e novas
práticas de democracia
São Paulo, 06, 07 e 08 de novembro de 2013
GT2 - Segfault: conflitos entre leis, normas e o digital na ação em rede**

*Bruno Emmanuel de Oliveira Ferreira¹
Cláudio Cardoso de Paiva²*

**Poder e ciberativismo. O espaço virtual e o espaço da rua como
ambientes em conflito**

Resumo: Resumo: O presente artigo busca observar o atual cenário da sociedade da informação percebendo um duplo aspecto. De um lado, há vigilância e tentativa de controle da informação por parte do Estado, instituições políticas e financeiras. E do outro, há resistência exercida por hackers (defensores do copyleft) e movimentos sociais articulados em rede. Para atingir esse objetivo traçaremos, inicialmente, uma breve história da sociedade em rede, desde o seu desenvolvimento, no âmbito estatístico. Em seguida buscamos articular uma reflexão sobre os atritos entre esses dois pólos, na atualidade, tal como os casos envolvendo o Wikileaks e Assange, assim como a NSA e Edward Snowden, e finalmente, esboçamos algumas linhas argumentativas visando apreender o sentido e a qualidade dessa nova ecologia comunicacional que apresenta novos desafios à pesquisa.

Palavras-chave: Ciberativismo, Copyleft, Vigilância

Introdução

O mundo contemporâneo funciona a partir de um sistema de comunicação global, cujas estruturas básicas são as tecnologias de informação; a sua manipulação e controle são partes fundamentais nos processos de obtenção e manutenção do poder.

1 - Estudante de Graduação. 6º período do curso de Radialismo do CCTA-UFPB, email: bruno_emmanuel@hotmail.com

2- Orientador do trabalho. Professor Associado do PPGC-PPJ-UFPB, e Curso de Graduação em Comunicação Social do CCTA-UFPB, email: claudiopaiva@yahoo.com.br

Sendo um bem quantificável, a informação pode ser medida, coletada, armazenada e distribuída. E é a possibilidade de acesso aos dados e a liberdade de intervir nesse processo que legitima o poder.

Convém lembrar a literatura de ficção científica e os clássicos como *1984* e *Admirável Mundo Novo*, em que os sistemas totalitários detêm controle total sobre os cidadãos, baseando-se em sofisticados sistemas de vigilância. As câmeras estão sempre ligadas e as telas são onipresentes na obra de George Orwell, assim como os dispositivos de mediação da felicidade, no livro de Aldous Huxley; tudo ali naquelas obras prenunciam as formas disciplinares da atual sociedade do espetáculo, há todo um arsenal de equipamentos tecnológicos a serviço das “suaves” estratégias de dominação.

A vigilância, o ato observar, é um meio eficiente de se estabelecer controle e poder sobre o indivíduo. Há uma relação de vantagem e superioridade da parte do sujeito que observa em relação ao sujeito observado. Aquele que observa tem a possibilidade de antecipação, de tomar a iniciativa e de decidir, podendo executar qualquer tipo de ação sobre o observado.

Não deve causar espanto o fato das gestões governamentais, em pleno exercício do poder, fazerem uso dos meios e técnicas de informação que invadem a privacidade dos cidadãos. A penetração das mídias e suas extensões nas residências e domicílios favorecem as estratégias de dominação sobre os cidadãos e, efetivamente, contribuem para assegurar a manutenção do exercício do poder. Em nossas sociedades este exercício não atua mais de modo violento, mas de maneira *soft*, disciplinando os corpos e mentes, e configurando o chamado “biopoder” (FOUCAULT, 1987).

Hoje, há algo de novo nas relações de poder: percebemos a inserção de estratégias sociais que tentam inverter o processo de “controle sobre o social”, o regime “panóptico” (o olho que tudo vê), e acionam agenciamentos de controle do social, configurando o regime “sinótico” (os olhos do social podem tudo ver graças às microtecnologias audiovisuais – celulares, câmeras, conexão, mídias colaborativas). Assim, as inteligências coletivas conectadas buscam caminhar em outra direção, escapando da vigilância totalitária. Os governos e instituições, sempre acostumados a serem os observadores e nunca as observadas, têm de lidar com atores, processos e movimentos que lutam pela transparência no acesso à informação e à visibilidade.

Tais movimentos entram em choque com o Poder: a elite governamental e econômica que têm na sociedade da informação os dispositivos de controle e vigilância à sua disposição. Mas, em uma sociedade movida a bits que podem ser acessados por

qualquer um que domine a linguagem do ciberespaço, torna-se mais difícil monopolizar a informação, apesar de - como mostra o caso Snowden - esses monopólios persistirem resguardados pelas instituições poderosas.

Os novos movimentos cibernéticos, tecnolibertários, por vezes anárquicos, apresentam ameaças para as instituições consolidadas nos últimos trezentos anos. As multidões, equipadas com as tecnologias sociocolaborativas, têm alterado as formas de produção, circulação e consumo de informação, e passo a passo, têm apresentado novas formas de participação na esfera pública, através da mediação, interação e ocupação.

Evidentemente, há tensões e conflitos, pois cada segmento, fazendo uso da tecnologia, tem procurado conquistar e preservar o seu espaço, por vezes fazendo valer a lei ou a força. É nesse atrito, no âmbito dessa relação de poder e de resistência, que nasce o ativismo. O ativismo em questão é sociocibernético, funciona à base de bits, tecnologia digital e faz uso de hardwares e softwares. E nesse contexto, conviria referir SILVEIRA: *“Por ciberativismo podemos denominar um conjunto de práticas em defesa de causas políticas, socioambientais, sociotecnológicas, e culturais realizadas nas redes cibernéticas, principalmente na internet”*. (SILVEIRA 2010)

Os ciberativistas lutam em várias frentes: são defensores do copyleft; os cypherpunks buscam fugir da vigilância dos governos; desempregados ocupam as ruas, em manifestações anticapitalistas.

Nos limites deste artigo, definiremos “Poder” como a estrutura política dos Estados-Nações, mas o termo também se aplica às influências das multinacionais, corporações ou conglomerados comerciais com interesses na nova reconfiguração informacional. Ao serem ameaçados pelas ondas de empoderamento coletivo, os poderes dominantes (governamentais, corporativos) respondem estrategicamente usando aparatos técnicos, meios de controle e repressão (força policial), possíveis através das tecnologias de vigilância, como estratégia de legitimar seu direito de domínio.

Relembrando a História da Sociedade da Informação

Informação a serviço do Estado é, sobretudo, controle, e controle é poder. Assim, quando os contingentes populacionais são convertidos em números, estes se tornam melhor distribuídos, manejados e gerenciados dentro das estratégias de gestão estatal. Por isso, se hoje está consolidada a sociedade da informação, deve-se

compreender que o seu projeto é de longa data. O que se buscou sempre foram meios mais eficientes de gestão da polis.

Para traçar um breve panorama dos primórdios da sociedade da informação devemos retroceder à popularização no âmbito acadêmico e político dos estudos em estatística, em meados do século XVII. Entendida como a “ciência do Estado” (BRUNO, 2008), o objetivo da estatística é:

Ilustrar as excelências e as deficiências de um país e revelar os poderes e as fraquezas de um Estado. Seu método de “tabelas” (Tabellen) é aparentado ao catálogo sistemático e permite englobar em um olhar os diferentes Estados, classificados linearmente segundo um conjunto de características comparáveis.
(LAZARFELD *apud* MATTELART, 2001, p 19).

Como se pode ver, a partir daí nasce um sentido estratégico não apenas útil, mas simplesmente essencial às forças estatais. As análises estatísticas revelam poderes e fraquezas dos Estados. E mais do que isso, revelam detalhes de sua composição. Através do registro de paróquias se calcula a porcentagem de batismos, casamentos e falecimentos. Halley, o astrônomo, exhibe tabelas de mortalidade. A linguagem da gestão pública passa a ser matemática. Bacon, Vauban, Babbage são alguns dos representantes dessa fase numérica.

A partir dela, surgem a figura do especialista, a divisão e organização do trabalho popularizada através dos modelos de Taylor (taylorismo) e Ford (fordismo). Novamente, se tratam de formas de melhor controle e gerenciamento de populações, nesse caso, operários. Os beneficiados com a eficiência serão os administradores do novo mundo capitalista. Esses modelos de gerenciamento trabalhista serão, exemplarmente, criticados por Chaplin, em 1936, no filme “*Tempos Modernos*”.

A cibernética é, tal como a estatística, filha do conhecimento científico alicerçado na matemática. Oriunda das necessidades bélicas, seu objetivo é a otimização dos cálculos balísticos automatizados, cujas pesquisas serão chefiadas por Nobert Weiner, a serviço do exército americano. Os serviços de matemáticos foram essenciais nesse período, sendo requisitados fosse para o aperfeiçoamento da artilharia, fosse para decodificação e criptografia de dados e correspondências.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, os sistemas de tecnologia desenvolvidos pela união científico-militar continuam recebendo grandes investimentos, afinal, há a ameaça dos soviéticos e de uma possível guerra nuclear. Com o objetivo de melhor operar computadores à distância, a ARPANET, protótipo arcaico da atual

internet, é criada. Sua característica essencial é a descentralização. Com o tempo, a rede perde o exclusivismo militar e se expande entre o ambiente acadêmico das universidades e centros de pesquisa e, posteriormente da sociedade civil.

É com o ingresso de grupos sem vínculos militares ou científicos e marcados por forte influência da contracultura dos anos 1960/1970, que a rede se enriquece. Podemos dizer que até aqui, a ARPANET, sem a presença desse novo público, seria mais uma poderosa ferramenta de quantificação e controle governamental/militar. Entretanto, o espaço virtual tem nesse período a instalação das primeiras colônias de indivíduos que mais tarde se convertem em opositores travando uma luta pelo acesso democrático à rede, graças à popularização dos computadores pessoais. 1984 (ANTOUN & MALINI, 2013) (LE MOS, 2001) é o ano de virada no povoamento da rede por grupos antagonistas ao poder.

Em 1984, essa ambivalência entre luta e cooperação alcança o seu limite, pois os militares saem da Arpanet (que passava a ser uma rede de investigação científica) e criam uma rede própria, a chamada Milnet. A partir daí, a Arpanet viu emergir uma cultura nova que não estava associada à universidade nem aos militares, mas a toda uma classe de usuários que não frequentava a universidade nem trabalhava para o governo. (ANTOUN & MALINI, 2013, p 33).

Rheingold coloca no amadorismo informático desse período o crédito pelo acesso que as massas tiveram à rede. Isso por conta dos fóruns e chats BBS, espécies de *comunidades virtuais* que proliferam na rede e que o autor analisa com precisão em seu livro. O sucesso dessas novas formas de sociabilidade é explicado em parte pela resistência ao controle que as BBS proporcionam, já que a arquitetura da rede foi projetada para continuar funcionando mesmo com a interferência de um ataque nuclear. “A informação pode tomar tantos caminhos alternativos caso seja eliminado qualquer nó na rede que esta é quase imortalmente flexível”. (RHEINGOLD, 1993). Essa imortalidade da rede sempre foi o “calcanhar de Aquiles” do Poder, quando este tenta censurar a rede e seu tráfego de informações.

Não que o poder (político, econômico) tenha sido expulso da rede desde então. Pelo contrário, sua autoridade, capacidade de repressão, catalogação e vigilância é aprimorada com o aperfeiçoamento dos dispositivos técnicos e da tecnologia digital. Se de um lado, a rede permite melhor acesso, flexibilidade de coordenação e ação, e visibilidade para as causas ciberativistas, ela também potencializa o objetivo de controle expresso pela elite burguesa industrial quando esta adota a estatística como ferramenta de controle, séculos antes.

Na verdade, o tipo de controle que a sociedade da informação disponibiliza para o Poder pode ser sutil, invisível: uma espécie de processo estatístico digital. Através do processo de mineração de dados (BRUNO, 2008) se vasculham as características dos indivíduos com base nas pegadas que estes deixam nas redes digitais obtidas por seus cadastros em sites, e-mails, cartões de crédito, redes sociais. É possível formular uma tabela de gostos, insatisfações, características físicas e intelectivas, e assim traçar um perfil de cada um. Por conta dessa vulnerabilidade, a transparência dos governos no tocante à informação é uma das reivindicações sempre presentes no ciberativismo. Assange identifica aí, o totalitarismo da rede:

Quando nos comunicamos por internet ou telefonia celular, que agora está imbuída na internet, nossas comunicações são interceptadas por organizações militares de inteligência. É como ter um tanque de guerra dentro do quarto. É como ter um soldado entre você e a sua mulher enquanto vocês estão trocando mensagens de texto. (ASSANGE, 2013, p.44)

Como sabemos, as comunidades virtuais permitiram a aproximação e interação de indivíduos e grupos com os mesmos interesses. Esses são os mais variados, desde cultura, sexualidade, economia, tecnologia, política, vida cotidiana entre infinitas outras opções. São através de comunidades virtuais – celeiro fértil em troca de ideias, experiências e conhecimentos - que os hackers começam a realizar sua apropriação dos sistemas informáticos e chamar a atenção das forças no comando dessa sociedade tecnocrática – simbolizadas pelo soldado entre você e sua mulher, no texto de Assange.

Hackers, engajamento e copyleft

Em 1983 uma ação judicial envolve jovens com idades variantes entre 15 e 17 anos, seu crime: que haviam penetrado no sistema de um banco. (LEMOS, 2001). O casamento entre o poder informático e a contracultura, gera desde os anos 1980 o tecnoanarquismo que irradiará frutos por toda a Web. Os hackers, atores sociais pós-modernos por excelência, serão taxados de criminosos, meros delinquentes ou heróis dependendo de quem rotula. A esses peritos informáticos Steven Levy atribui a seguinte definição: “*um programador de computador talentoso que poderia resolver qualquer problema muito rapidamente, de modo inovador e utilizando meios não convencionais*” (LEVY apud SILVEIRA). A criatividade, mais do que a habilidade informática é o alicerce da capacidade técnica dos hackers, até porque esta última surge, justamente, dessa criatividade.

Além de um programador talentoso e criativo, por estar geralmente posicionado dentro desse embate de poderes pelo domínio e acesso à informação sem restrições, entendemos que a definição do hacker não pode excluir o viés político. Em seu livro, *cibercultura*, André Lemos reproduz o depoimento do membro de um grupo tecnoanarquista (o Hacktic) chamado Rop Gonggrijp: “*O verdadeiro papel dos hackers é político [...] os hackers estão lutando para conectar qualquer pessoa fora da tecnocracia*”. Assim, para lidarmos com o hacker nesse contexto de copyleft, transparência e democracia é necessário que o compreendamos como um programador detentor de grandes habilidades informáticas que são utilizadas em favor de determinada visão política ou ideológica libertária.

Grande parte da potencialidade do hacktivismo está em ressignificar os artefatos técnicos. Os hackers acabam descobrindo outros usos para as tecnologias que não foram previstos originalmente. A capacidade de intervenção na funcionalidade de determinado artefato é o que explica a relação existente entre a cibercultura e o princípio “Do it Yourself” originário da contracultura punk. É isso que William Gibson romantiza em suas aventuras cyberpunk, como *Neuromancer* ou *Idoru*. “*A rua encontra seu próprio uso para a tecnologia*” (GIBSON, 1982 p.215). Saindo da ficção científica, encontramos nas experiências da cibercultura diversos exemplos dessas intervenções ou alterações de hardwares e softwares. A própria criação de comunidades virtuais em uma tecnologia originalmente militar depois de 1984 é exemplo dessa habilidade.

1984 será emblemático, também, por conta da criação da Free Software Foundation (ANTOUN&MALINI). Através dela nasce a licença pública (copyleft) que será aplicada, inicialmente, ao sistema operacional GNU. Richard Stallman é o responsável pela criação e popularização do copyleft. A ideia central desse conceito é a produção comunitária de softwares, onde cada programador pode modificar algo em seu código fonte desde que repasse adiante as suas modificações. Dessa forma, com uma *inteligência coletiva* (LEVY, 1999) trabalhando e seguindo um mesmo princípio norteador, os resultados podem ser tão satisfatórios quanto o esforço conjunto comunitário permitir. Segundo Stallman:

nós damos a qualquer um a permissão para executar o programa, copiar o programa, modificar o programa e redistribuir versões modificadas – mas nós não lhe damos permissão para somar restrições de sua propriedade. Deste modo, as liberdades cruciais que definem o “software livre” são garantidos a qualquer um que tenha uma cópia; eles tornam-se direitos inalienáveis (Stallman *apud* Antoun e Malini, 1998, p. 2001).

Sem permissão de se tornar propriedade privada de algum indivíduo ou corporação, o copyleft colide com os preceitos fundamentais de uma sociedade capitalista. A propriedade intelectual do software passa a ser coletiva, já que qualquer um modifica tal propriedade conforme lhe convém. Não advém daí nenhum privilégio àqueles que efetuam as modificações, pelo contrário, se tornam proibidos de se apoderarem de sua criação (alteração) de forma privada.

Por isso a cultura do copyleft é a total oposição ao copyright. O copyleft não pode ser violado porque sua criação é comunitária. Diferente dos casos cada vez mais constantes de violação de marca registrada. Exemplo de violação de copyright está associado ao nome de George Hotz. Contratado recentemente pelo facebook, esse hacker foi processado pela Sony em 2011 por ter conseguido desbloquear o sistema de segurança do Playstation 3 (piratear, na linguagem judicial). Hotz também desbloqueou o iPhone e posteriormente, o iPhone 3GS. Com a polêmica do processo da Sony, entraram em cena os debates sobre os direitos à informação colidindo com a propriedade privada dos produtos Sony. A guerrilha virtual promovida por grupos como os Anonymous passam a ter essa empresa como um de seus alvos.

O Anonymous, Assange e as biolutas

Sobre os Anonymous, muito se tem falado já que esse grupo tem ganhado cada vez mais visibilidade midiática por seus ciberataques descentralizados tendo como alvos grandes ícones do mundo capitalista como empresas de cartão de crédito ou instituições públicas poderosas como o FBI. Conhecidos pela máscara de Guy Fawkes e pelo terno, símbolos do grupo reproduzidos até a exaustão na rede, se tornaram alvos de batidas policiais por crimes cibernéticos. Mais do que jovens arruaceiros, os Anonymous compõem uma nova formação social filha da cibercultura, onde sua imagem é formada por performances hackers de grande exposição midiática. Tal como hackers de gerações anteriores, o movimento, sem líder, almeja um ideal de transparência e democracia para a rede.

Tais ideais são alardeados não só pelos Anonymous, mas por toda ideologia hacker e pelo ciberativismo. O ciberativismo contém o hacktivism, mas não se limita a ele, antes produz novas e novas formas de se expressar. Ciberarte e movimentos sociais são exemplos de atuação ciberativista onde não existe necessariamente a figura do hacker. Mesmo reconhecendo que este está sempre à frente dos embates contra a hegemonia do controle informacional, já que pode promover, com sua técnica,

alterações no sistema informático. O hacktivismo também possui suas variantes, como o movimento cypherpunk, que visa a proteção de dados através de processos copyleft de criptografia.

Julian Assange, CEO do Wikileaks, atua à frente desse movimento, filho da cultura hacker chamado de cypherpunk, ou criptopunk. Através do Wikileaks, Assange tem conseguido revelar como funcionam os mecanismos das relações internacionais quando os governos acham que ninguém lhes observa. Transparência no mundo político e econômico e privacidade civil são metas dos cypherpunks.

Um dos resultados mais férteis do Wikileaks foi o projeto Cablegate, ou seja, o vazamento de mais de 250 mil comunicados diplomáticos, de 274 embaixadas norte-americanas, ao redor do mundo (ASSANGE). O conteúdo das mensagens é bastante comprometedor: ele revela pedidos de espionagem de representantes de países da ONU, apresentam crimes de guerra praticados por soldados americanos no Iraque e, em suma, revelam o lado “maquiavélico” da política externa do EUA.

Snowden desafia as superpotências

Tal como Julian Assange, Edward Snowden é outro nome que tem desafiado a hegemonia informacional das superpotências. O caso Snowden é peculiar porque não se tratou da ação de um ciberativista declarado. Prestando serviços de tecnologias da informação terceirizados para a NSA do Havaí, o técnico tem acesso a informações confidenciais que, tal como aquelas divulgadas por Assange, revelam a vigilância totalitária do aparelho estatal norte americano. Depois de repassar informações para o blogueiro Glenn Greenwald, Snowden, com a ajuda de ativistas do Wikileaks, se asila na Rússia, em local desconhecido.

Com a divulgação das informações colhidas da NSA, as operações de monitoramento, executadas através de um software de vigilância ultra-secreto chamado PRISM, põem em xeque a credibilidade do governo Obama. Matérias de “O Globo” e uma reportagem do programa “Fantástico” de 1º de setembro de 2013 mostraram que mesmo o governo brasileiro e a Petrobrás foram alvo de vigilância da NSA, o governo americano se embaraça em explicações diplomáticas. Mesmo essa atitude, aparentemente vã, de forçar o líder da maior potência mundial a reconhecer o inconveniente, revela o desequilíbrio na balança do poder que o ciberativismo pode proporcionar.

A repressão a esses dois representantes da livre circulação de informação não poderia deixar de ser sentida; é o conflito de interesses de acesso à informação sendo expresso através das represálias. Assange está na embaixada do Equador em Londres, já que tem um mandado de prisão e Snowden, asilado e protegido em alguma parte (provavelmente da Rússia) é acusado por Robert Mueller, diretor do FBI, de causar danos à nação.

Os ciberativistas podem desmascarar a força política de nações, mas estas ainda têm o poder de transformá-los em criminosos e de criminalizar atitudes que lhes sejam prejudiciais. Agir na ilegalidade pode ser o futuro de boa parte da ação ciberativista nos próximos anos, já que a repressão estatal se mostra cada vez menos democrática e mais violenta quando tem lidar com temas como “liberdade de informação” ou “transparência governamental”. Contudo, com um planeta atravessado por uma rede de informação cada vez mais ubíqua, se torna mais dificultoso para governos fugir da transparência da gestão e da manutenção de informações secretas. Assange e Snowden o mostram.

Kim Dotcom e Sun Devil: crime e castigo em rede

Kim Dotcom é outro nome que se tornou alvo de uma severa política de repressão informática capitaneada pelo governo dos Estados Unidos. Diferente de divulgar segredos de Estado, o crime deste neozelandês foi violação de direitos autorais, acrescidas de acusações de lavagem de dinheiro. Crimes que ele teria cometido através de seu site de downloads (um dos mais acessados no mundo) o Megaupload.

CEO do Megaupload, Dotcom foi preso na Nova Zelândia através de uma operação internacional, contando com agentes do FBI e da polícia neozelandesa. Segundo as acusações, ele teria lucrado 175 milhões de dólares com os direitos autorais de terceiros. A prisão se deu um dia após protestos nas ruas contra os projetos Sopa e Pipa, que visam, justamente, a proteção de direitos autorais. O início de 2012 foi bastante conturbado com protestos nas ruas e nas redes. Poderia se pensar que a ação judicial contra o criador do Megaupload teria relação com os projetos Sopa e Pipa, mas, segundo afirmou o FBI, tal ação demorou dois anos até ser executada.

Quando anunciada a prisão de Dotcom, os Anonymous lançam uma série de ataques, na chamada “Operação Represália” aos sites do Departamento de Justiça dos Estados Unidos, da Universal Music, do FBI entre vários outros. Mesmo não causando

grandes danos, a reação dos Anonymous indicou uma rápida capacidade de contra ofensiva. Se o ciberativismo conseguir realizar ações na rede que causem grandes danos ao Poder, ele pode não ter tempo de reação e sofrer o abalo.

Dotcom não foi o primeiro alvo do aparato policial norte americano. Em 15 de janeiro de 1990 tem início a Operação Sun Devil, uma série de 28 batidas policiais em 14 cidades dos Estados Unidos, envolvendo efetivos de centenas de homens (RHEINGOLD, 1993) resultando na apreensão de 42 computadores e vinte e três mil disquetes (LEMOS, 2002). Essa operação, encabeçada pelo FBI teria sido uma represália do governo dos EUA a uma série de ataques ocorridos contra os sistemas de telecomunicações do país. Aqui temos um dos primeiros exemplos do confronto das redes eclodindo nas ruas.

As batidas da polícia ocorridas durante a operação recaem até sobre personagens secundários no cenário da contracultura das redes. Steve Jackson, criador de um jogo de RPG que envolve o universo cyberpunk tem o seu escritório invadido pela polícia e seus computadores apreendidos. O mesmo ocorre com J. P. Barlow, letrista da banda Grateful Deads, que recebe uma visita policial por estar com a posse de disquetes com códigos da Apple. Lemos identifica o início do ativismo político no ciberespaço a partir da Operação Sun Devil.

É por conta das conseqüências dessas batidas policiais que tem início a Fundação Fronteira Eletrônica, a EFF. Fundada por nomes de grande influência nas redes como Steve Wozniak da Apple e Mitch Kapor, criador da Lotus Agenda (entre outros) a EFF nasce com o objetivo de garantir direitos para os internautas, ou *netizens*(net + citizens). O estatuto da EFF ressalta a importância de adaptar ou de criar enquadramentos adequados para a utilização das novas mídias; além disso, estabelece os objetivos democráticos da criação do órgão, como tornar a internet útil não apenas para uma elite, mas para todos. Sempre considerando que o fluxo de informações deve ser livre e aberto (RHEINGOLD). A Operação Sun Devil foi uma reação do poder político: uma forma de contra atacar uma suposta ameaça hacker que afetava os sistemas de comunicação dos Estados Unidos. A conseqüência da ação na rede foi a mobilização de um forte aparato policial nas ruas.

Dez anos após os acontecimentos dessa operação, e antes do Wikileaks, no ano 2000, a vigilância governamental no ciberespaço já chamava a atenção. Dessa vez não foi um simples contra-ataque a uma determinada ameaça cibernética, mas um

controle cibernético para usos escusos sob total controle em mãos governamentais: o Projeto Echelon.

No artigo “*O Sistema Echelon de Vigilância Global*”, de Valerio Brittos e Jessica Finger, é apontada a gigantesca estrutura montada desde fins da Segunda Guerra Mundial para a captação do tráfego de informação que atravessa o globo diariamente: rádio, internet, fax, telefones, e-mails. Esse sistema é composto por pelo menos onze estações de monitoramento espalhadas em pontos estratégicos por quatro continentes (América, Oceania, Europa, Ásia). Além dessas, *e possível a* existência de mais algumas não reconhecidas oficialmente. Através da comunicação com satélites na exosfera, o monitoramento planetário se dá por completo.

Apesar da alardeada segurança nacional como razão da existência do sistema, parte do Parlamento Europeu se reuniu no ano 2000 para investigação do Echelon:

O chamado sistema Echelon de escuta e vigilância global fora aí pela primeira vez alvo de especulações de fontes oficiais. O estímulo para a investigação vinha da constatação, cada vez mais segura, de que cinco países – Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Austrália e Nova Zelândia – estavam utilizando sistemas de interceptação de satélite para não somente apurar dados militares e de segurança nacional, mas, muito provavelmente, para ter vantagem econômica sobre outros países ou empresas, assim como coletar qualquer espécie de informação que lhes fosse útil, inclusive de civis. (BRITTO & FINGER, 2012)

Utilizamos o exemplo do Echelon apenas para fins de demonstração da abrangência dos processos de vigilância e, mesmo parecendo tão onipresente, o Echelon, sistema “herbívoro”, no linguajar militar, é substituído por um sistema ainda mais eficiente, “carnívoro” que *perseguiria o alvo através da rede até encurralá-lo em seu provedor ou caixa de correspondência* (ANTOUN & MALINI, 2013). Com a informação permeando todo um ambiente e todo o cotidiano dos cidadãos de qualquer zona urbana, os sistemas de vigilância baseados em dados digitais se tornam um verdadeiro exercício de biopoder conforme observado por Foucault.

A concentração do acesso à informação e a opacidade da utilização de informações é essencial para a manutenção dos aparatos de poder estatais e corporativos. Além da manutenção de hegemonias políticas, devemos lembrar-nos da busca de hegemonia do mercado e sua ferrenha defesa de propriedade privada e do copyright. É essa a intenção por trás de projetos de lei como a Sopa e Pipa.

Das redes às ruas

Em 1994, mascarados e armados, integrantes do movimento zapatista tomam as ruas de Chiapas, no México; o NAFTA desmantelou a economia local e pequenas comunidades de camponeses indígenas se tornaram as vítimas do ingresso do México na economia neoliberal. Os zapatistas “*opõem-se à ideia de inevitabilidade de uma nova ordem geopolítica sob a qual o capitalismo torna-se universalmente aceito*” (CASTELLS, 1999).

Castells considera o movimento zapatista como pioneiro na guerrilha informacional. Pioneiro, pois atuaram nas ruas e nas redes. Sobre a importância dos canais pós-massivos para a causa zapatista:

A utilização amplamente difundida da internet permitiu aos zapatistas disseminarem informações de sua causa a todo o mundo de forma praticamente instantânea, e estabeleceram uma rede de grupos de apoio que ajudaram a criar um movimento internacional de opinião pública que praticamente impossibilitou o governo mexicano de fazer uso da repressão em larga escala. (CASTELLS, 1999, p 105)

O casamento entre a rua e a rede tem produzido bons frutos para o ciberativismo. Dadas as proporções, os mesmos benefícios proporcionados pela rede em relação aos zapatistas podem ser aplicados ao Occupy Wall Street, à Primavera Árabe ou aos protestos no Brasil. A ocupação do espaço público, aliada à comunicação compartilhada das redes, nova forma de exercício de democracia, tem conseguido boa aceitação e legitimação pública. Durante as manifestações nas ruas do Brasil, a hashtag #vempraruá foi das mais utilizadas. Os acampamentos em frente à Bolsa, em praças ao redor do globo e as passeatas nas avenidas têm atraído milhões. O alvo é sempre o mesmo: o Poder. Diferente dos zapatistas, não se precisa de armas, as manifestações apelam ao pacifismo.

Apesar desse apelo, também na rua se dá o confronto. Técnicas de dispersão de multidões, prisões e truculência policial ou militar dão a tônica do conflito. Na Síria, a Primavera termina em guerra civil, no Brasil o facebook passa a ser monitorado pela ABIN e a maré Black Bloc toma as avenidas. Ao redor do globo os acampamentos são desfeitos pela ação policial. A rua, apesar de algumas vitórias como a não aprovação dos projetos Sopa e Pipa, ainda não trouxe nenhuma modificação de longo prazo contra o sistema. Mas com esses exemplos, o ciberativismo encontra um novo espaço de atuação.

Conclusão

Mudanças na História não se dão de forma brusca, mas ocorrem de maneira sutil. Só com atenção os contemporâneos podem perceber a alteração do fluxo histórico. Assange antecipa mudanças na maneira de governar em todo o planeta:

Movimentos populares no Paquistão e na Malásia acenam com a promessa de uma nova força no cenário mundial. E a América Latina tem visto o tão esperado despontar da soberania e da independência, depois de séculos de brutal dominação imperial. Esses avanços constituem a esperança do nosso mundo, enquanto o sol se põe na democracia no Primeiro Mundo. (ASSANGE, 2013, p 17)

Fazendo pequena ressalva no discurso de Assange, talvez a esperança de liberdade e o por do sol da democracia sejam as duas únicas opções de futuro para toda a humanidade. Ao informatizar a sociedade como maneira de melhor a administrar, o Poder, de maneira inesperada, abriu a brecha para que sua secular administração quando se tornara mais eficiente e ubíqua, pudesse ser contestada, até mesmo ameaçada, por essa mesma tecnologia.

A espionagem industrial, o Echelon e a catalogação e classificação de milhões de perfis em gigantescos bancos de dados, fazem parte dessa administração de flerte totalitário proporcionada pela tecnologia digital. Operações como a Sun Devil, a pressão sobre o Wikileaks e os crimes imputados a Snowden ou Kim Dotcom, além da repressão aos acampados nas ruas são acontecimentos que podem ser entendidos de duas formas: como golpes de uma forma de governo moribunda aplicados contra uma inevitável mudança de paradigma político de ordem global; ou, infelizmente, como os primeiros indícios de uma distopia digital. Por enquanto cabe ao pesquisador continuar observando e interpretando o conflito: enquanto a NSA e o FBI seguem vigiando e punindo, Anonymous e Assanges do ciberativismo seguem transgredindo.

Bibliografia

ANTOUN, Henrique; MALINI, Fábio. *A Internet e a Rua*. Ciberativismo e mobilização nas redes sociais. Porto Alegre, Sulina, 2013.

ASSANGE, Julian; APPELBAUM, Jacob; et al. *Cypherpunks*. Liberdade e o Futuro da Internet. São Paulo, BoiTempo Editora, 2013

BRITTOS, Valério Cruz; FINGER, Jéssica M. G. *O Sistema Echelon de vigilância global*. Disponível em: <http://migre.me/goIIj>. Acesso em 10 de outubro de 2013.

BRUNO, Fernanda. *Monitoramento, classificação e controle nos dispositivos de vigilância digital*. In: Henrique Antoun (Org.), *Web 2.0: Participação e vigilância na era da comunicação distribuída*. Ed. Mauad X, Rio de Janeiro, 2008

CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade*. São Paulo, Paz e Terra, 1999

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987

GIBSON, William. *BurningChrome*. Disponível em: <http://migre.me/eedP8> Acesso em: 20.03.2013 <<http://migre.me/ea2cf>>

LEMOS, André. *Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea*. Rio Grande do Sul. Sulina, 2010

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo, Editora 34, 1999.

MATTELART, Armand. *História da Sociedade da Informação*. São Paulo. Loyola, 2002.

RHEINGOLD, Howard. *A Comunidade Virtual*. Lisboa: Gradiva, 1996

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. *Ciberativismo, cultura hacker e o individualismo colaborativo*. In: *Revista USP*, São Paulo, nº86, p28-39, julho/agosto, 2010.

I Congresso Internacional de Net-ativismo: redes digitais e novas práticas de democracia

GT2 - Segfault: conflitos entre leis, normas e o digital na ação em rede

Uma coleira de papel para gatos virtuais: tentativas de controle legal e constrangimento normativo na mobilização pela rede

Ivan Paganotti

Doutorando em Ciências da Comunicação na Universidade de São Paulo (PPGCOM - USP), sob orientação da Profa. Dra. Mayra Rodrigues Gomes, com bolsa CAPES. Pesquisador dos grupos Midiato-USP e do Obcom-USP. E-mail: ipaganotti@usp.br

Resumo

O artigo avalia como o bloqueio tradicional que censura expressões consideradas como inadequadas precisa ser revisto pelos legisladores em redes digitais, devido à amplitude de danos colaterais ao se buscar controlar a expressão na internet. De acordo com Lessig o código digital determina, com certa flexibilidade, os potenciais comportamentos em rede, e pode ser alterado, determinando assim novas mudanças na dinâmica de conexão e nos comportamentos possíveis de seus sujeitos. Esse artigo pretende refletir como a proposta de Zuckerman (a “*cute cat theory*” [“teoria do gatinho fofinho”]) pode ajudar a entender fenômenos de contestação do aparato midiático e de organismos legais do Estado, que ainda buscam influenciar os comportamentos dos indivíduos através do papel crítico da imprensa e da função repressora da lei.

Palavras-chave: mobilização, digital, rede.

Abstract

This article evaluates how traditional prohibitions that censor messages considered as inappropriate must be reviewed by legislator in digital networks, due to the amplitude of collateral damages that can be consequence of internet control. According to Lessig, the digital code determines, with certain flexibility, all potential behaviors online, but this code can be altered, determining new changes in connection dynamics and possible

subjects' behaviors. This article intends to reflect on how Zuckerman's propositions (the "*cute cat theory*") can help us understand protest phenomena which question media apparatus and State legal organisms which still seek to influence behaviors through the critical role of the press and the repressive actions of the law.

Keywords: mobilization, digital, network.

Introdução: mobilização e controle nas redes digitais

A comunicação descentralizada das redes digitais apresenta tanto um novo potencial para a socialização e a mobilização de diversos indivíduos e organizações quanto um desafio de regulamentação para entidades que pretendem controlar legalmente as práticas e discursos compartilhados online. Ethan Zuckerman já destacou a dificuldade em impor limites à liberdade de expressão na web 2.0 devido ao uso múltiplo de plataformas de socialização – como *YouTube*, *Twitter* e *Facebook* – que são usados para finalidades distintas, porém convergentes, de socialização e mobilização. Dessa forma, o bloqueio tradicional que censuraria expressões consideradas como inadequadas precisa ser revisto pelos legisladores nesses casos, devido à amplitude de danos colaterais ao se buscar controlar a expressão nesses sites – caso evidenciado, no Brasil, com o bloqueio de acesso ao YouTube por milhões de usuários, em 2007, para evitar o acesso a um vídeo específico que feria a privacidade de uma personalidade midiática. Como Lessig já apontou, o código digital determina, com certa flexibilidade, os potenciais comportamentos em rede, e pode ser alterado, determinando assim novas mudanças na dinâmica de conexão e nos comportamentos possíveis de seus sujeitos.

Esse artigo pretende refletir como a proposta de Zuckerman (a "*cute cat theory*") pode ajudar a entender fenômenos de contestação do aparato midiático e de organismos legais do Estado, que ainda buscam influenciar os comportamentos dos indivíduos através do papel crítico da imprensa e da função repressora da lei: como efeito colateral à crítica apresentada pelos meios de comunicação e da repressão legal do Estado, fortalece-se a contestação por meios alternativos, frequentemente baseados em redes digitais alternativas ou de grande penetração entre usuários – como blogs ou redes sociais – criando resistência à imposição hegemônica de regras ou normas críticas às condutas dos manifestantes.

Para isso, esse artigo avaliará duas tentativas de controle – uma pela crítica da mídia, e outra pela repressão policial – de manifestações que usam de violência nos recentes protestos brasileiros de meados de 2013. Tanto a tentativa de setores da grande mídia – como os editorialistas da *Folha de S. Paulo* e o âncora televisivo José Luiz Datena, do programa *Brasil Urgente*, da Rede Bandeirantes – de criticar as manifestações devido a sua violência quanto as prisões de indivíduos envolvidos no gerenciamento de sites sobre “black bloc” encontraram limites na aceitação pública e no conflito decorrente da adoção de leis abrangentes para tipificar condutas como apologia da violência em sacrifício da liberdade de expressão.

Antes disso, a proposta de Lessig (2006) sobre o código de programação como lei – tanto como delimitação de condutas possíveis, mas também como mecanismo de autogestão de suas alterações – será discutida para avaliar os interesses envolvidos nas transformações da rede e nas propostas de controle legislativo e informático sobre a internet. A segunda seção a seguir também mostrará como os ambientes de grande interação social propiciados pela web 2.0 abrem espaço para resistência contra ameaças de controle externo, como sugerido por Zuckerman (2007), e podem criar, como dano colateral, maior consciência dos participantes envolvidos justamente nos casos em que os usuários percebem que suas liberdades são ameaçadas.

Coleiras de papel para gatos virtuais: controle legal de redes digitais

Conectando os indivíduos de todo mundo em uma só rede, a internet funciona, antes de mais nada, como um código – e, como todo código, lembra Lessig (2006, p. 5), o da rede determina as possibilidades de conduta em sua estrutura. Ao defender que “código é lei”, Lessig (2006, p. 1) destaca que, em certo sentido, há um mecanismo regulatório sobre o que é possível ou impossível inscrito na própria arquitetura e nos programas que garantem o funcionamento da rede.

Entretanto, destaca Lessig, o efeito regulador do código é ambíguo, por ser ao mesmo tempo mais forte e mais flexível do que as leis. Por um lado, é mais forte que a lei porque determina – como a física ou a arquitetura – o que pode ser feito: ao contrário da legislação, que condiciona os comportamentos indesejados à punição (é proibido matar, mas qualquer um ainda pode ser um assassino, ainda que nesse caso corra o risco da punição) o código limita o possível, e não só o indesejado; nesse sentido, qualquer um pode enviar um e-mail, mas não é possível trazê-lo de volta, uma vez enviado, com

minha própria vontade, visto que isso não é permitido pelo código. Por outro lado, o código digital encontra certa flexibilidade: pode ser alterado com facilidade, permitindo rápidas e drásticas mudanças do horizonte de possibilidades de seus atores (LESSIG, 2006, p. 6) – como, por exemplo, a criação de filtros nos e-mails que permitem ao usuário selecionar o que desejam ver e ocultar o indesejado.

Além disso, não podemos negar que o código da rede também pode ser diretamente influenciado por – e influenciar – novas leis, que condicionam o que os programadores e indivíduos possam ou não fazer. Assim, além da arquitetura própria ao código, outras instâncias – como as leis e as normas, sem contar o mercado – condicionam as condutas na rede (LESSIG, 2006, p. 123). Dessas outras esferas, vale a pena destacar, inicialmente, a diferença já apontada entre leis e a arquitetura do código, relacionando essas duas instâncias com as normas: ao contrário das leis e das arquiteturas, que punem e condicionam as condutas, as normas são ainda mais flexíveis, e envolvem práticas consideradas como adequadas ou não por diferentes atores, em circunstâncias distintas – que podem resultar na valorização ou desprezo por parte dos pares em relação às condutas possíveis, esperadas, desejadas ou estimadas.

Lessig destaca, com isso, que a arquitetura do código da rede pode não só propiciar um novo espaço para debate das normas e leis que influenciam a vida dos indivíduos conectados pela rede, pois pode haver também o condicionamento do que é possível pelos programadores ou pelos usuários da internet através da sanção legal: “The idea – and even the desire – that the Internet would remain unregulated is gone” (LESSIG, 2006, p. IX)¹. Ainda assim, como a rede pode ser controlada por mecanismos externos – e como seus usuários podem influenciar esse debate ou até mesmo resistir ao controle?

Uma resposta à primeira parte dessa pergunta pode ser encontrada no próprio Lessig (2006, p. 337), “lawmaking happens when special interests benefit. It doesn't happen when special interests oppose”² – e, na rede, os interesses podem ser evidenciados e encontrar novos canais para sua visibilidade, como será discutido nas seções a seguir. Quanto à influência e à resistência, elas também podem fluir da rede para a política passando por temas tão inesperados quanto banais devido à característica socializante da rede, como sugere Zuckerman (2007).

¹ Tradução livre do autor: “A ideia – e até mesmo o desejo – de que a internet permaneça sem regulação já não existe mais” (LESSIG, 2006, p. IX).

² Tradução livre do autor: “leis são aprovadas quando beneficiam interesses especiais. E isso não ocorre quando interesses especiais se opõem” (LESSIG, 2006, p. 337).

Ao contrário das plataformas tradicionais da web 1.0, que foi criada para a troca de informação entre militares, pesquisadores, hackers e, posteriormente, expandiu seu público e seus usos em resposta aos interesses de comunidades de usuários e da exploração comercial (CASTELLS, 2003), as novas plataformas da web 2.0 focam primordialmente a interação entre seus usuários (ZUCKERMAN, 2007).

Por tratarem principalmente da socialização, a visibilidade e a credibilidade dos usuários passam a ser questões mais prementes do que o domínio das ferramentas e do código estrutural, permitindo que redes de interesse multitemáticas surjam para compartilhamento e interatividade de novos públicos – que não precisam mais de grandes conhecimentos de programação para poder usar de plataformas como as redes sociais, blogs ou plataformas de publicação de vídeos e fotos. Além disso, a abertura para o comentário público garante a persistência do questionamento, da contestação e da sugestão que já faziam parte da rede desde a criação da internet, mas são expandidas com as novas plataformas da web 2.0. Esse novo potencial – que, evidentemente, só foi possível pelas mudanças no código da rede – permitiu transformações bastante surpreendentes no comportamento dos indivíduos, segundo a avaliação de Zuckerman (2007):

[...] while Web 1.0 was invented so that theoretical physicists could publish research online, Web 2.0 was created so that people could publish cute photos of their cats. But this same cat dissemination technology has proved extremely helpful for activists, who've turned these tools to their own purposes (ZUCKERMAN, 2007).³

Provocadora já em seu nome, a chamada “teoria do gatinho fofinho” [*cute cat theory*] sobre ativismo digital proposta por Zuckerman também procurou seguir seu objeto de análise – as plataformas interativas da web 2.0 que abrem novos caminhos para mobilização e compartilhamento – ao adotar justamente esses canais para divulgar suas hipóteses: ao invés de publicar seus achados em um livro ou em um de seus artigos acadêmicos, o pesquisador preferiu apresentar sua pesquisa em palestras difundidas no YouTube e em *posts* no seu próprio blog (ZUCKERMAN, 2007).

Como sintetizado na frase acima, plataformas que propiciam a troca de conteúdos mundanos e despolitizados (como as fotos de gatos fofos) – grande parte da interação na rede e foco principal da maioria dos usuários – criam espaço que pode ser apropriado

³ Tradução livre do autor: “[...] enquanto a web 1.0 foi inventada para que físicos teóricos pudessem publicar suas pesquisas online, a web 2.0 foi criada para que as pessoas pudessem publicar fotos fofas de seus gatos. Mas essa mesma tecnologia de disseminação de gatos se mostrou extremamente vantajosa para ativistas, que usaram essas ferramentas para seus próprios propósitos” (ZUCKERMAN, 2007).

simultaneamente para mobilização política. Da mesma forma, nos países em que há controle da expressão em meios mais visados (como a mídia impressa ou portais na internet), pode haver um efeito manada de produtores e públicos para outros veículos (como blogs, plataformas de vídeo ou redes sociais) mais difíceis de controlar, abrindo espaço para contestação clandestinamente latente. Nesse cenário, as autoridades – públicas ou privadas – que procurarem controlar essas novas plataformas não enfrentarão somente as dificuldades técnicas de sites de compartilhamento descentralizados; ao procurar bloquear o acesso total a essas páginas, podem evidenciar as práticas de controle que poderiam permanecer implícitas para a maioria dos usuários que somente compartilhavam conteúdos despolitizados, criando novos insatisfeitos (ZUCKERMAN, 2007).

O risco do controle dessas novas plataformas não é novidade. A atração pelo proibido e a migração para novas mídias como válvula de escape para a censura já foram identificadas em estudos sobre períodos tão remotos como a França pré-revolucionária, quando a grande demanda popular por livros proibidos pelos reis franceses no século XVIII levou milhares de leitores a trilharem o caminho das leituras moralmente perniciosas – como os relatos libertinos – para a contestação política (DARNTON, 1998, p. 31). Seja nas livrarias clandestinas da Paris do século XVIII ou nos blogs e redes sociais bloqueados nos últimos dias da ditadura de Hosni Mubarak no Cairo em 2011, as tentativas de controle aumentam a visibilidade da opressão por parte dos usuários afetados, canalizando a indignação para outras vias – das páginas impressas ou virtuais para cafés ou mesquitas e, finalmente, nas ruas.

Devido à própria dinâmica de compartilhamentos e ao policiamento das ameaças à liberdade de expressão, muitas tentativas de controle da rede acabam por sofrer um revés indesejado por parte dos que tentam ocultar publicações indesejadas, atraindo ainda mais atenção sobre o que se procura bloquear. Esse fenômeno muitas vezes é chamado pelos próprios usuários das redes como “efeito Streisand” (CACCIOTTOLO, 2012), em alusão à frustrada tentativa da atriz Barbra Streisand de bloquear em 2003 imagens de sua casa na Malibu, publicadas como parte de um projeto fotográfico – <http://www.californiacoastline.org> – que registra ocupações imobiliárias da costa californiana. Como resposta à ameaça de processo movido por Streisand, o site que divulgava a imagem de sua casa tornou-se um sucesso instantâneo na rede, atraindo tanta atenção que levou internautas a batizarem esse fenômeno com o nome da atriz. Assim, o objetivo inicial da atriz, que procurava proteger sua imagem, acabou por

perenizar a relação do seu nome com práticas de censura, o que evidencia a dificuldade em controlar comportamentos e expressões na rede: a qualquer momento, o “censor” (aquele que procura calar a expressão alheia) pode ser alvo de “censura” (no sentido de crítica) pública.

No Brasil, um episódio recente também envolveu uma atriz com tentativas de controle de sua imagem – entretanto, esse caso atraiu ainda mais atenção do público por relacionar-se com escândalos sexuais. Em janeiro de 2007, um encontro íntimo da atriz Daniella Cicarelli e Renato Malzoni em uma praia na Espanha foi filmado e divulgado em diversos canais internacionais, até ser reproduzido no site de compartilhamento de vídeos *YouTube*. Na época, o *YouTube* ainda engatinhava e não havia nem completado seu segundo ano de funcionamento, mas o vídeo se tornou um sucesso tão grande que passou a incomodar a atriz, indisposta pela sua intimidade continuar a ser violada. Seguindo o pedido do casal, o juiz Lincon Antônio Andrade de Moura, da 23ª Vara Cível de São Paulo, com base em decisão da 4ª Câmara do Tribunal de Justiça do Estado, determinou em 5 de janeiro de 2007 que o acesso ao vídeo deveria ser proibido. Porém, uma dificuldade já antevista pela linha de raciocínio de Zuckerman (2007) acabou se impondo: como proibir um vídeo que poderia ser rapidamente replicado em novos endereços na plataforma do *YouTube*? A criativa solução encontrada pelo juiz atraiu a fúria dos internautas brasileiros ao proibir o acesso a todo o acervo do site do *YouTube* para os usuários que acessassem suas páginas por meio dos provedores IG, IBest e ou BrTurbo – o que representava, na época, a mais de 5 milhões de internautas brasileiros (ZIMMERMANN, 2007).

Esse caso mostra, em primeiro lugar, que o mecanismo de controle e imposição do poder de censura se torna acessível para quem se sentir incomodado – como Cicarelli – e possibilita impor sua vontade sobre a conduta alheia – tolhendo o acesso ao vídeo inconveniente. Por outro lado, a resistência contra esse poder evidenciado pela proibição desproporcional revelou-se com a revolta de milhares de internautas e a crítica da imprensa em relação à decisão judicial, que incluiu também ataques contra Cicarelli: diversos usuários da rede reprovaram o que foi retratado como uma tentativa de violar o direito de milhões de usuários de acessarem diversos vídeos que não tinham qualquer relação com as suas imagens. A modelo precisou retratar-se, pedindo desculpas aos usuários que se manifestavam contra a censura, e a decisão draconiana foi posteriormente revertida (MUNIZ, 2007), revelando a porosidade dessa medida de controle, fragilizada ante a força dos indivíduos que resistiram e procuraram também

exercer sua prerrogativa de crítica em relação aos comportamentos alheios (HABERMAS, 1987; 2010) – do juiz e de Cicarelli – que consideraram inadequados.

Ainda assim, nem sempre autoridades legais ou celebridades midiáticas cedem tão facilmente ante o protesto popular que critica suas condutas. Como será visto na seção a seguir, agentes do Estado e da mídia ainda procuram apresentar-se como legítimos representantes da vontade popular, mesmo quando entram em rota de colisão com movimentos populares e precisam apelar para a mudança das regras do jogo para tentar – nem sempre com sucesso – evitar derrotas.

Espaço aberto para arbitrariedade: controle de canais de interação

Na tarde de 13 de junho de 2013, durante a cobertura de mais um dos protestos que varriam o Brasil desde o início desse mês, o apresentador José Luiz Datena propôs, durante o programa *Brasil Urgente*, da Rede Bandeirantes, uma enquete para seu público poder responder com sua opinião sobre as manifestações (Imagem 1):

Então, baderna eu sou contra, velho. Baderna... não me incluía. Me incluía fora dessa. Me incluía fora dessa, nesse negócio de baderna, me incluía fora dessa. Entendeu? Eu acho que o protesto tem que ser pacífico, não pode ter depredação, não pode impedir via pública... e joga esses caras contra a população, porque tem muita gente já revoltada contra essas pessoas que estão fazendo esse tipo de protesto violento. [...] Então eu vou fazer uma pesquisa em cima disso aqui. Deixa eu ver a pergunta que fizeram. A pesquisa... onde é que está a pesquisa? [aparece pergunta, que Datena lê a seguir, com números de telefones para responder “sim” ou “não” e contador atualizado] “Você é a favor desse tipo de protesto?”, que inclui aí depredação pública, o pessoal andando nas vias públicas... [...] [No contador, “Sim” ganhava por 968 votos contra 868 de “não”] Não tô perguntando sobre o aumento da passagem, que eu também sou contra, mas sobre o tipo de protesto que tem acontecido, com quebra-pau. Até agora, a maioria... eu não sei se os caras entenderam bem, mas a maioria está achando que esses protestos de quebrar tudo, e tal, é legal. Quer dizer, a opinião do povo prevalece, eu não quero aqui... eu dou a minha opinião, eu não sou a favor desse tipo de quebra-quebra, protesto, porque eu acho que é vandalismo, acho que é vandalismo. [...] Esse tipo de protesto, com vandalismo, eu sou contra, eu votaria no não, eu votaria no não, porque eu não sou a favor desse tipo de protesto. “Você é a favor deste tipo de protesto?” “Não”, 1233 pessoas estão dizendo não. Mas quase, quase 1700 pessoas que não aguentam mais, estão dizendo sim. A voz do povo é a voz de deus. Tá pau a pau, mas tem muito mais gente dizendo que “sim” do que “não”, se bem que está pareado [...]⁴

⁴ Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=eoPzlvxzTtM>



Imagem 1. Enquete inicial apresentada pelo apresentador José Luiza Datena, no programa *Brasil Urgente* (Bandeirantes), pergunta ao público se “Você é a favor deste tipo de protesto?” – 13/06/2013. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=e0PzlvxzTtM>

Preocupado com a possibilidade de ver seu ponto de vista derrotado pelo público, o apresentador apresenta então uma saída para a saia justa que ele mesmo havia criado: propõe uma nova enquete, formulada com uma pergunta em termos que considera mais claros (Imagem 2) – e que possivelmente pudessem apontar melhor para seu público a resposta correta:

Será que nós formulamos mal a pergunta? Você é a favor de protesto com baderna? Acho que essa seria a pergunta. Três mil... 2839 pessoas disseram que são a favor desse tipo de protesto. Porque o cara que liga, tá vendo ali tudo calmo, pode achar até que a pergunta é essa. Faça a pergunta... da forma como eu pedi para formular. Repito: sou a favor de manifestação pacífica, sou contra aumento de ingresso, sou a favor de melhoria do transporte coletivo, não teria aumentado as passagens de ônibus, metrô e trem, eu não teria aumentado, não teria aumentado mesmo. Mas faça a pergunta como eu pedi, por favor. Você é a favor da... da... da... de protesto com baderna? Porque aí fica claro, senão o cara não entende. [...]

[Imagens da rua, com dizeres “Polícia detém manifestantes no centro de São Paulo”] Cadê a outra pesquisa que eu pedi para fazer aí, para ver se as pessoas entenderam ou não e para ver se é isso mesmo? [nova pergunta aparece na tela, com contadores zerados] “Você é a favor de protesto com baderna?” Está começando só a pesquisa, para ver se o povo não tinha entendido da outra vez ou se tinha. [...]

Mas o povo, já deu para sentir. O povo tá tão “pê” da vida com o aumento de passagem que não interessa se é de ônibus, se é de trem, se é de metrô, o povo tá tão “pê” da vida que apoia qualquer tipo de protesto, pelo que eu vi. Fiz duas pesquisas, achei até que uma palavra poderia simplesmente não tá sendo bem entendida, a palavra “protesto”, poderia englobar um protesto com baderna ou sem, mas as duas pesquisas deram praticamente a mesma proporção, o mesmo resultado. As pessoas estão apoiando o protesto, porque não querem aumento de passagem. Então pode tirar daqui [a pesquisa, que conclui com 998 votos para “não” e 2351 para “sim”].



Imagem 2. Nova enquete reformulada pelo apresentador José Luiz Datena, no programa *Brasil Urgente* (Bandeirantes), que pergunta ao público se “Você é a favor de protesto com baderna?” – 13/06/2013. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=eoPzlvxzTtM>

Em primeiro lugar, o caso evidencia o desconforto dos emissores midiáticos ao se decepcionarem quando o público surpreende e recusa o papel de coro das opiniões vigentes na televisão. Desacostumados pelo monólogo – ou pela restrição da interatividade do público, que não pode criticar a TV e somente é questionado a responder às perguntas formuladas pelos apresentadores – a televisão ainda enfrenta dificuldades para abrir o canal de interação para além do seu controle. Mas, ao contrário do afirmado por Datena, também surpreende o fato de que a proporção dos participantes das pesquisas que responderam “sim” cresceu após a reformulação: na primeira pesquisa, 3023 ouvintes (61% do total de 4966) responderam que eram “a favor deste tipo de protesto”; na segunda pesquisa, 2351 (70% do total de 3349) responderam que eram “a favor de protesto com baderna”. Isso pode apontar que o público reagiu com mais força ao que pode ser visto como uma tentativa de Datena em controlar o canal de interatividade que ele mesmo havia aberto a partir da mudança das regras, de forma a favorecer (frustradamente) sua posição.

Posteriormente, usuários de redes sociais e diversos meios de comunicação destacaram a mudança de posição de Datena após a surpresa com a enquete, como a página de entretenimento *F5*, da *Folha de S. Paulo*:

O apresentador, que criticou as depredações em programas anteriores, passou a dizer que a manifestação era pacífica e “um show de democracia”.

“Fazia muito tempo que não via uma manifestação democrática e pacífica assim. É o povo”, bradou. “O povo está descontente. Eu falei que ninguém queria aumento.” “Entre bandido e polícia, prefiro a polícia. Entre povo e polícia, prefiro o povo”, comentou.⁵

Não custa lembrar que a própria Folha que estava nas bancas, nesse mesmo dia 13/06/2013, ecoava, em seu editorial “Retomar a Paulista”, a mesma crítica de Datena:

[...] É hora de pôr um ponto final nisso. Prefeitura e Polícia Militar precisam fazer valer as restrições já existentes para protestos na avenida Paulista, em cujas imediações estão sete grandes hospitais. [...] No que toca ao vandalismo, só há um meio de combatê-lo: a força da lei.⁶

Porém esse veículo também percebeu que o público trocava de lado e não podia deixar de realinhar-se. Somado à repressão policial que vitimou também seus próprios repórteres, o jornal passou também a acusar a violência da polícia e, indiretamente, a fazer uma (auto)crítica da oscilação dos representantes políticos e midiáticos sobre o tema, como pode ser visto na Imagem 3:



Imagem 3. Charge do cartunista Gomez publicada em 18/06/2013 pela Folha de S. Paulo e pelo portal UOL. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/album/2013/06/18/protestos-pelo-brasil-viram-charges.htm#fotoNav=36>

Ambos os casos podem ser descritos como exemplos do que se propõe aqui chamar de “arbitrariedade midiática”: para persistir como representantes públicos legítimos, os meios de comunicação precisam se posicionar quando não é mais possível controlar os seus próprios canais de interlocução com o poder público e com a opinião pública. Se antes pretendiam se posicionar como “árbitros”, ou observadores externos em relação ao poder público, esses meios de comunicação não podem suportar a ameaça de se verem isolados contra seu próprio público de leitores ou sua audiência, e

⁵ “Datena muda de ideia sobre protestos em SP após enquête”. **F5**, 13/06/2013. Disponível em: <http://f5.folha.uol.com.br/televisao/2013/06/1294753-datena-muda-de-ideia-sobre-protestos-em-sp-apos-enquete.shtml>

⁶ “Editorial: Retomar a Paulista”. **Folha de S. Paulo**, 13/06/2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2013/06/1294185-editorial-retomar-a-paulista.shtml>

procuram, por vezes de forma “arbitrária”, utilizar de seu peso para controlar os canais de interlocução de seu público (como a enquete de Datena) e com o poder público (como o editorial da *Folha*).

Outro caso ainda mais grave de “arbitrariedade midiática” pode ser visto com a recente prisão dos administradores da página “Black Bloc RJ” na rede social do *Facebook*, acusados, no início de setembro de 2013, de crimes como incitação à violência, formação de quadrilha armada e pedofilia:

Em depoimento na DRCI, os cinco detidos teriam confessado serem os administradores da página, segundo Martha Rocha.

“Eles aderem à conduta de convocar pessoas a fazerem parte das manifestações e de criarem esse instrumento de ação perfurante. Como hoje foi encontrado um artefato desses e uma faca, a Polícia Civil entende que os cinco integram uma quadrilha armada, que é crime inafiançável. Eles estão presos em flagrante e o caso será encaminhado à Justiça”, explicou a chefe de polícia. (GOMES, 2013).

Nesse caso, os investigadores da polícia outorgaram-se o papel de “árbitros” para definir quais conteúdos poderiam ou não ser difundidos pelo canal da página na rede social. Entre as milhares de mensagens de diferentes usuários, os policiais destacaram um tutorial, publicado em 6 de julho, que ensinaria como fabricar “um artefato de ação perfurante com múltiplas pontas (com pregos), conhecido como jacaré ou ouriço” (GOMES, 2013). Ao encontrar um desses artefatos na casa de um dos suspeitos, junto com máscaras e roupas pretas, os investigadores policiais apontaram a conexão entre a incitação aos protestos, a apologia da violência e a sua prática, sinalizada pela posse desses itens usados por manifestantes que adotam da estratégia “black bloc” de destruição de propriedade como mecanismo de protesto. Entretanto, os advogados dos administradores da página conseguiram um habeas corpus na semana seguinte ao argumentar que os itens encontrados não foram utilizados em nenhum crime comprovado – o que esvaziaria a acusação de quadrilha armada, um crime inafiançável:

Segundo [o advogado dos administradores da página e membro do Instituto de Defensores de Direitos Humanos (DDH), Felipe] Coelho, o trio responderá em liberdade. “Eles são meros administradores (das páginas em redes sociais). Não são black blocs. Sequer estavam em todas as manifestações seguindo os black blocs”. No Centro da cidade, no início da noite desta quinta-feira (12), alheios ao habeas corpus, manifestantes realizavam ato pela liberdade do trio (BARREIRAS, 2013).

Considerações finais: velhas coleiras para novos canais midiáticos

A declaração do advogado dos “meros administradores” é bastante reveladora ao negar que seus clientes sejam “black blocs” para justificar sua inocência: ela procura superar a lógica de responsabilização dos usuários que se conectam na rede para trocar informações e pontos de vista sobre um determinado tema – nesse caso, “black blocs” – em relação a todas as mensagens que são trocadas pelos outros usuários nessa mesma plataforma. Ainda assim, persistiria a necessidade de vigilância sobre a disseminação de mensagens em um canal de difícil controle como as redes sociais.

Em contraposição com os outros casos mencionados anteriormente nesse artigo, é possível esboçar algumas conclusões provisórias para essa pesquisa. Em primeiro lugar, continua vivo o alerta de Lessig (2006) sobre o potencial de controle incipiente no anteriormente visto como livre espaço das redes digitais: as normas legais pretendem cercar os novos espaços criados por essas redes, instituindo novas formas de vigilância e delimitando os comportamentos considerados como inadequados. Ao mesmo tempo, persistem estratégias de resistência como as sugeridas por Zuckerman (2007) que utilizam canais alternativos para contestar ou criticar as iniciativas de controle. Nos casos analisados, podemos verificar a ocupação tanto de canais “abertos” pela mídia tradicional – como exemplificado pela reviravolta na enquete de Datena criada para criticar os protestos violentos – quanto novos canais – como as páginas dos “black blocs” nas redes sociais – ou na tradicional manifestação em espaço público. Em resposta à coleira das leis que procuram cercar as condutas em redes digitais (ou arbitrar sobre as formas legítimas de resistência), usuários ocupam o mesmo espaço usado para socializar (trocando imagens de gatos fofos) também para se mobilizar (organizando protestos e até divulgando mensagens sobre a fabricação de utensílios de combate).

Para reforçar seu controle sobre condutas alheias, aparatos do Estado como a polícia ainda recorrem à violência e à repressão para conter manifestações (virtuais ou reais) que considerem ameaçadoras. Assim, procuram reforçar seu weberiano monopólio “legítimo” da violência que é contestado durante as manifestações (também) contra a violência policial. Da mesma forma, grandes emissores tradicionais enfrentam com dificuldade a turbulenta mudança para novos canais em que não podem mais simplesmente monologar ou (só) esperar a concordância de seus públicos em resposta às questões propostas. Presenciamos momentos em que os temas, os canais e também as formas de manifestação pública passam por vertiginosa expansão e contestação; basta saber se os supostos representantes midiáticos e administradores públicos conseguiram

acompanhar essa nova expansão sem precisar controlar esses novos espaços em expansão.

Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio [et al.]. **Democracy in what state?** New York: Columbia University Press, 2012.

BARREIRA, Gabriel. “Administradores de página Black Bloc RJ na web conseguem habeas corpus”. **G1**, 12/09/2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/09/presos-por-pagina-black-bloc-na-web-tem-habeas-corpus-diz-advogado.html>

BARROSO, Luis Roberto. “Colisão entre liberdade de expressão e direitos da personalidade. Critérios de ponderação. Interpretação constitucionalmente adequada do Código Civil e da Lei da Imprensa”. **Revista Trimestral de Direito Público**, n. 36, 2001, p.24-53.

BITELLI, Marcos Alberto Sant’Anna (org.). **Coletânea de legislação de comunicação social**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

CACCIOTTOLO, Mario. “The Streisand Effect: When censorship backfires”. **BBC**, 15/06/2012. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/news/uk-18458567>

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

DARNTON, Robert. **Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

GODOY, Claudio Luiz Bueno de. **A liberdade de imprensa e os direitos da personalidade**. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Marcelo. “Integrantes do Black Bloc no Rio são presos e indiciados por formação de quadrilha armada”. **O Estado de S. Paulo**, 04/09/2013. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,integrantes-do-black-bloc-no-rio-sao-presos-e-indiciados-por-formacao-de-quadrilha-armada,1071238,0.htm>

HABERMAS, Jürgen. **Teoría de la acción comunicativa: racionalidad de la acción y racionalización social** (2 vols.). Madrid: Taurus, 1987.

_____. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade** (vol. I). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.

LESSIG, Lawrence. **Code 2.0**. New York: Basic Books, 2006. Disponível em: <http://codev2.cc>

LÉVY, Pierre. **Ciberdemocracia**. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2010.

MUNIZ, Diógenes. “‘Peço desculpas aos usuários do YouTube’, diz Daniella Cicarelli”. **Folha Online**, 13/01/2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/informatica/ult124u21380.shtml>

ZIMMERMANN, Patrícia. “YouTube está bloqueado para mais de 5 mi de internautas brasileiros”. **Folha Online**, 08/01/2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/informatica/ult124u455665.shtml>

ZUCKERMAN, Ethan. “The connection between cute cats and web censorship”. **My heart's in Accra**, 16/07/2007. Disponível em: <http://www.ethanzuckerman.com/blog/2007/07/16/the-connection-between-cute-cats-and-web-censorship>

_____. **Rewire: Digital Cosmopolitans in the Age of Connection**. New York: W.W.Norton, 2013.

AS MANIFESTAÇÕES POPULARES NAS REDES SOCIAIS DIGITAIS: UMA ANÁLISE DO PRÍNCIPIO DA MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO.

Raquel Veggi Moreira¹

Samyra Salim Moreira Rezende²

RESUMO: O presente trabalho tem o escopo de evidenciar o progresso ocorrido na forma como o ser humano, necessitado de relacionar-se, comunicou ao longo de sua história. Busca-se desenvolver uma pesquisa através de uma enquete direcionada a um público difuso. Desse modo, ressalta-se o grande papel das mídias sociais na evolução da história humana e no progresso da liberdade de manifestação de pensamento e do exercício da democracia. O desenrolar da forma de como o homem se manifestou fez emergir as redes sociais digitais, tão essenciais no mundo contemporâneo. Nesse contexto, o presente artigo visa esclarecer a opinião do público acerca das redes sociais digitais e sua relação direta com as manifestações sociais ocorridas, em nosso país.

Palavras-chave: Redes Sociais Digitais, Liberdade de Pensamento, Democracia.

ABSTRACT: The present task has the scope to show the progress occurred in the way humans, needing to relate, communicated throughout its history. It was seek to develop a search through a survey directed to a widespread audience. Thus, it emphasizes the importance of social media in the human history evolution and expression freedom progress of thought and the democracy exercise. The unfolding of the way man manifested made emerging digital social networks, so essential in the contemporary world. In this context, this article aims to clarify the public's opinion about the digital social networks and their direct relationship with the social events that occurred in our country.

Keywords: Digital Social Networks, Freedom of Thought, Democracy.

¹ Mestranda no curso Cognição e Linguagem no Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

² Pós-Graduada em Ciências Jurídicas na Universidade Cândido Mendes

INTRODUÇÃO

A comunicação é, por excelência, o meio pelo qual o indivíduo se faz compreender e se relaciona com os outros sujeitos inseridos no seu contexto social, permitindo a formação de uma sociedade e impedindo o isolamento do ser humano. A criação e a longevidade de um grupo social dependem claramente de como ele se comunica.

Notório é que, desde o tempo do homem das cavernas, a comunicação e a linguagem já se faziam presentes, sendo mecanismo deveras importante na agregação humana. Na medida em que as relações humanas se potencializaram, tornando-se cada vez mais entrelaçadas e difusas, fez-se necessário o incremento da forma com que cada indivíduo se comunicava com o outro. O uso de métodos mais eficazes e precisos potencializou a forma de comunicação humana.

Dos primórdios da humanidade, no qual a comunicação se fazia por meio de expressões gráficas e desenhos, até a atualidade, em que a troca de informações e a expressão do pensamento se apresentam de forma instantânea, através principalmente das redes sociais digitais, a ilação que se alcança é que a linguagem e suas diferentes formas foram fator primordial para conquistas, progresso e desenvolvimento de toda humanidade.

Esse progresso se faz presente, sobretudo na livre manifestação do pensamento, direito assegurado pela Carta Constitucional de 1988³. Nele, o indivíduo pode se expressar da maneira como bem lhe aprouver, sem que com isso possa sofrer qualquer tipo de sanção. Tal direito, tão respeitável, é o cerne para que o processo evolutivo da sociedade se faça presente e que discussões acerca de temas relacionados com problemas e as possíveis soluções sejam afrontadas e debatidas.

Nessa ocasião de discussões e opiniões, se inserem como protagonistas, as redes sociais digitais, que se tornaram grande palco das manifestações populares ocorridas no país em junho de 2013 e valioso instrumento de exercício da democracia.

O exercício da democracia é o ápice do pluralismo político. É o direito de se expressar livremente, sem que com isso haja qualquer tipo de sanção do Estado. Ademais, é o poder que se legitima no respeito à vontade do povo, que dita os rumos do regime político. Com base nesse entendimento, é que se insere a célebre frase de que o poder nasce do povo e por ele é exercido.

³ Constituição da República Federativa do Brasil

O exercício dessa democracia participativa foi evidenciado no movimento popular, recentemente, orquestrado no Brasil, que, impulsionado principalmente por jovens, usaram as redes sociais digitais para organizar protestos e transmitir manifestações. O que se viu foi um fenômeno de massa, totalmente inovador dentro da nossa sociedade.

O tema proposto no presente artigo tem o escopo de demonstrar o uso das redes sociais digitais como propulsor das manifestações sociais ocorridas no país, sendo um mecanismo poderoso de pacificação social e de alarme dos problemas que a sociedade enfrenta.

Neste contexto, têm-se como importante vetor os meios de comunicação e sua evolução histórica, até se chegar ao estágio atual de desenvolvimento das linguagens e das manifestações de pensamento. O desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação caminhou com o progresso humano, tornando as relações sociais mais dinâmicas e molecularizadas.

Desse modo, viu-se necessário demonstrar a evolução da comunicação humana, norteada pelo incremento das Tecnologias de Informação e Comunicação, tendo sempre como base o desenvolvimento histórico e social do próprio homem.

Ademais, tendo em vista o objetivo proposto, procurando enfatizar o uso das redes sociais digitais no manejo da democracia e do exercício de se expressar, utilizou-se juntamente com a coleta bibliográfica, pesquisa acerca da relevância do uso das referidas redes no âmbito jurídico-social, com o enfoque no exercício da democracia participativa.

1- A EVOLUÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO ATRAVÉS DA LINGUAGEM

É inegável que há um processo de mudança em todas as áreas da sociedade, outrora voltada à indústria e baseada na informação. O impacto das tecnologias da informação e da comunicação (TIC'S) é sentido sobre toda a vida social, culminando nos mais diversos tipos de transformações nas relações entre os indivíduos, principalmente na maneira como que se comunicam.

Sobre tal importância, (MELO, 1998) declara:

Os estudos específicos em comunicação não são recentes. No século III A.C., Aristóteles já estudava a comunicação interpessoal dirigida para determinada audiência. Os estudos

sobre a retórica, desenvolvidos pelos sofistas, enfatizavam a transmissão da informação como processo de persuasão. (MELO, 1998, p.21)

Segundo Lastres *et. al.* (1999), no contexto da emergência de novas formas produtivas e societárias que caracterizam o que alguns denominam “sociedade de informação” e outros chamam “sociedade do conhecimento”, a produção/distribuição de informação e de conhecimento e a redução das desigualdades sociais tornam-se mutuamente indispensáveis.

No que tange à evolução dos meios de comunicação, dando-se o merecido enfoque à evolução humana, as fases do conhecimento se apresentam desde a pré-história. Dos primatas que eram desprovidos de entendimento sobre os fenômenos da natureza até o uso da metodologia da ciência para explicação do improvável, viu-se a comunicação como pano de fundo para o enlaçamento das relações humanas.

Sabe-se que as primeiras formas de comunicação foram realizadas por meio de expressões gráficas e pinturas rupestres, manifestadas há milhares de anos. O homem se valia ainda de gestos e grunhidos para se expressar e socializar com outros indivíduos do seu ciclo social. A oralidade só surgiu mais adiante, estimulando a capacidade cognitiva, possibilitando a transmissão de experiências entre gerações.

(MCLUHAN, 1964, p.76-77) relata que “a palavra falada foi a primeira tecnologia pela qual o homem pôde desvincular-se de seu ambiente para retomá-lo de novo modo”. Sob a ótica do filósofo Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), a primeira linguagem do homem foi o “grito da natureza”, que era usado pelos primeiros homens para implorar socorro no perigo ou como alívio de dores violentas, mas não de uso rotineiro.

Com o conhecimento tornando-se cada vez mais evidenciado, a linguagem escrita é desenvolvida pelos sumérios, possibilitando inúmeras mudanças no que se refere à utilização de suportes para escrita e linguagem.

Conforme DEFLEUE e BALL-ROCKEACH (1994) *apud* SOUZA 2003 “(...) divide-se a História em antes e depois da escrita”. Nesse sentido, (GIOVANINI, 1987, p.89) relata:

(...) sem dúvida, o advento da tipografia contribuiu enormemente para o nascimento do homem moderno, permitindo-lhe o desenvolvimento de capacidades até então adormecidas.

Nesse contexto, com a necessidade de aperfeiçoar os meios e de veicular a informação, em 1438, Johannes Gutenberg desenvolve a “prensa de Gutenberg”, revolucionando assim toda a impressão de documentos, sendo essa, por sua vez, a primeira etapa do contexto histórico da evolução dos veículos de comunicação e tecnologia.

Com a crescente democratização da comunicação escrita, viu-se necessário o propagar das informações que foi realizado com o surgimento do jornal. Através deste, a mensagem passava a ser consumida, havendo a figura do intérprete. As primeiras matérias de jornais contavam sínteses de livros e contos. Acredita-se que seu grande avanço se deu em função de sua periodicidade, informações político-econômicas e certa atualização nas notícias.

A partir desse momento, inúmeras foram as invenções que marcaram o desenrolar da comunicação e completaram um ciclo de evolução:

- Em meados de 1850, ocorre a invenção do telégrafo. Um sistema é concebido para transmitir mensagens de um ponto para outro em grandes distâncias, utilizando códigos para a rápida e confiável transmissão, através de um sistema composto por fios.
- O correio rural surge em 1900. Nesta época, os mensageiros levavam as mensagens aonde as mesmas não chegavam. Surge como uma das poucas formas utilizadas para receber notícias.
- A década de 1920 foi marcada pelo surgimento do telefone. Através deste, o homem podia comunicar-se à distância com outro, falando por meio de um aparelho. Não se dependia mais de terceiros, pois se comunicava instantaneamente. Com o surgimento do telefone, iniciou-se uma nova fase para a humanidade: a das novas tecnologias.

(RICARDO NEVES, 2007) relata que foi a comunicação pessoal entre os indivíduos, tradicionalmente, restrita às cartas enviadas pelo correio ou portador, até a invenção do telefone, que permitiu a comunicação entre os indivíduos em tempo real.

A invenção do rádio, conforme aponta Souza (2003), aconteceu em 1884, por intermédio do cientista alemão Heinrich Rudolf Hertz. Mas, seu surgimento no Brasil só ocorreu na década de 1930. A ferramenta permitia a transmissão de sinais à distância sem suporte material (fios, cabos), passando a ser uma mídia alternativa ao jornal e ao papel impresso em geral.

Os esforços, no Brasil, para transmitir não apenas vozes, mas também imagens foram marcantes, a partir de 1950, com o surgimento da televisão. Neste momento, ocorreram grandes transformações na produção, circulação e recepção das mensagens midiáticas. A televisão toma o espaço e o rádio se segmenta em busca de públicos diferenciados. Segundo aponta MARQUES FILHO (1998) *apud* SOUZA (2003) ela surgiu no momento de transição rumo à sociedade de massas, contribuindo para a idealização de um país desenvolvido e industrializado.

McLuhan *et. al.* (1968) investiga esse meio e o classifica de “*tambor tribal*”, e considera que com o advento da televisão, o mundo se tornaria global, não havendo diferenças culturais. O que, na verdade, não aconteceu.

Percebe-se que, com o nascimento da comunicação escrita, a sociedade começou a evoluir num ritmo mais acelerado. McLuhan relata que, séculos após a invenção da escrita, outros meios de comunicação começaram a se desenvolver, acompanhando a evolução e as necessidades comunicativas dos indivíduos. Essa evolução prossegue até os dias atuais, quando a sociedade vivencia a era digital e a comunicação instantânea através da internet, complementadas aos meios de comunicação já existentes. Por isso, o campo comunicacional se amplia de acordo com a evolução da humanidade. Ao estudar este campo, Wolton analisa a comunicação sob duas formas: direta e a distância. Ele diz:

[...] Hoje em dia entendemos por comunicação pelo menos tanto a comunicação directa entre duas ou mais pessoas, quanto a troca à distância mediatizada pelas tecnologias (telefone, televisão, rádio, informática, telemática...). Os progressos foram de tal maneira imensos, as realizações tão evidentes, que hoje em dia, estabelecer um intercâmbio instantaneamente, de um lado ao outro do mundo, através do som, da imagem ou dos dados é uma banalidade. (WOLTON, 1997, p. 15).

A Internet, com sua arquitetura técnica, permite a interconexão de todas as redes de computadores em qualquer lugar do mundo e pode ser conceituada como uma rede de comunicação global, diminuindo espaços e agregando grupos ligados por opiniões convergentes.

A convergência de mídias está enraizada como característica marcante da internet, uma vez que ela consegue reunir as várias categorias da multimídia: som, imagem, movimento, vídeo, texto, e transcender, a partir de uma lógica do pensar, o hipertexto. A internet, ainda, se insere no contexto do ciberespaço, que é o espaço para a comunicação da rede.

Nessa esteira, (SANTAELLA, 2004, p.98) colabora: “(...) ciberespaço designa ali o universo das redes digitais como lugar de encontros e de aventuras, terrenos de conflitos mundiais, nova fronteira econômica e cultural”.

(LÉVY, 1999, p.92) define o ciberespaço “(...) como o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores (...)” e, também, afirma que “(...) o principal significado do ciberespaço é a interconexão geral de tudo em tempo real, a concretização do espaço virtual onde as formas culturais e linguísticas estão vivas”.

Ainda, segundo a magistral inferência do citado autor: A cibercultura, que se manifesta pela troca permanente de experiências e do conhecimento no ciberespaço, dá lugar ao que (LÉVY, 1999) chama de “inteligência coletiva”.

O autor (ANDRÉ LEMOS, 2010, p.141,137) destaca que o ciberespaço se comporta como um espaço de magia comprimido pelo tempo real, visto como uma fronteira, um espaço intermediário na passagem do industrialismo ao pós-industrialismo. “Ele é um rito de passagem obrigatório para os novos cidadãos da cibercultura”. “O ciberespaço é, assim, uma entidade real, parte vital da cibercultura planetária que está crescendo sob os nossos olhos. Ele não é desconectado da realidade, mas um complexificador do real”.

Nessa realidade, do uso constante da internet para incrementar as relações sociais, tem-se como principal norte as redes sociais digitais, que agrupam vários segmentos de pessoas, causando um fenômeno de massa digital.

Desse modo, no contexto da evolução dos meios de comunicação, se reforça a quebra de paradigmas outrora seguidos pelo seio social. Com o desenvolvimento do modo de se expressar, o homem se tornou cada vez mais dono de seus próprios desejos e sabedor da sua própria história.

REDES SOCIAIS DIGITAIS

As relações multifacetadas e solidificadas entre os indivíduos e o compartilhamento de ideias faz das redes sociais digitais uma estrutura descentralizada, que transpõe as fronteiras da nação e atinge o global. Essas redes são tecidas pelos atores sociais, uma vez que é a partir da relação entre os usuários que elas se constroem e se consolidam.

(RAQUEL RECUERO, 2009, p.102) define redes sociais como uma consequência da apropriação “(...) das ferramentas de comunicação mediada pelo computador pelos atores sociais (...) toda a ferramenta que for utilizada de modo a permitir que se expressem as redes sociais suportadas por elas”.

Segundo Castells (1999), rede é um conjunto de nós interconectados, e esse conceito desempenha papel central na caracterização dessa sociedade, estruturas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós, desde que consigam comunicar-se dentro da rede, compartilhem os mesmos códigos de comunicação. O referido autor, ainda, apregoa:

(...) a distância (ou intensidade e frequência da interação) entre dois pontos (ou posições sociais) é menor (ou mais frequente, mais intensa), se ambos os pontos forme nós de uma rede do que se não pertencerem a mesma rede. (...) A inclusão/exclusão em redes e a arquitetura das relações entre redes, possibilitadas por tecnologias da informação que operam à velocidade da luz, configuram os processos e funções predominantes em nossas sociedades. (CASTELLS, 1999, p.498).

O grande marco da sociedade moderna é a transformação, que ocorre em espaços temporais muito curtos. As relações humanas estão cada vez mais cambiantes, em face da velocidade com que a comunicação vai ao encontro de cada indivíduo. Mudanças de pensamento são vistos com uma velocidade impressionante, num processo que tem como característica a modernização e a aceleração tecnológica. Nesse sentido, (SOUZA, 2003, p.53,57) reforça:

(...) a sociedade está em constante transformação tecnológica, o que impulsiona a forma como as relações sociais se estabelecem; e essas tendem a uma aproximação por afinidades. Assim, a tecnologia (...) promove um redemoinho cultural nas inter-relações de todos os sistemas do planeta, provocando uma reorganização, um redimensionamento nas relações dos indivíduos na sociedade (...) vivemos hoje em uma sociedade com uma cultura mediática/mediatizante, onde as mídias desempenham, a função de formadoras de opiniões, alteram hábitos e costumes, influenciam nas mais distintas áreas, seja do conhecimento, da economia, do entretenimento, etc.

Ainda, segundo o autor:

(...) o aperfeiçoamento dos meios de veicular a informação fundamenta-se na necessidade de o homem se comunicar. O ser humano ao longo de sua história mantém-se sempre na expectativa a desvelar novos horizontes, explorar territórios alheios, impulsionado pelo desejo de interação, de descoberta (SOUZA, 2003, p.13).

(RAQUEL RECUERO, 2009, p.16) aduz que: “Esses fenômenos representam aquilo que está mudando profundamente as formas de organização, identidade,

conversação e mobilização social: o advento da Comunicação Mediada pelo Computador”.

A utilização, cada dia mais frequente, das redes sociais, torna o processo de informação mais dinâmico e veloz, gerando no meio social novos comportamentos e maneiras de interagir. Os espaços estão cada vez mais diminutos, e as relações sociais cada vez mais direcionadas para o virtual.

Nessa conjuntura, a expansão das redes sociais pode ser considerada como responsável pela criação de canais de comunicação inéditos, o que leva, inevitavelmente, à busca desenfreada pela informação. Esse movimento de compartilhar informações e valores possibilita relacionamentos horizontais e não hierárquicos entre os participantes.

(PIERRE LÉVY, 1996) relata que a sociedade estará sempre na iminência de novas tecnologias, de transformações ainda mais promissoras frente ao sempre crescente número de informações. Aponta ainda que as tecnologias não determinam, mas condicionam mudanças no ambiente, à medida que criam as condições para que elas ocorram.

Indubitável é que as redes sociais são mecanismos valiosos de exercício da democracia, uma vez que possibilitam o manifestar de opiniões. Para José Afonso da Silva, democracia não se resume a simples conceito teórico da ciência política, e sim uma definição que vem sendo historicamente construída e que possui correlação direta com o respeito aos direitos fundamentais do povo. (José Afonso da Silva. Curso de Direito Constitucional Positivo. 21 ed. São Paulo: Malheiros, 2002. p, 143-144).

Sabe-se que o correr da história política do Brasil mostra que essa democracia foi alcançada mediante um processo lento, marcado por um regime que se baseava na força e no controle rígido do pensamento e de qualquer tipo de manifestação individual. O acesso democrático, hoje tão presente no seio da sociedade brasileira, evoluiu conjuntamente com o crescer das redes sociais, onde há a oportunidade de se discutir assuntos de interesse nacional com usuários espalhados por diversos cantos do país, diminuindo barreiras e alcançados resultados inéditos e surpreendentes.

Estar disponível para qualquer pessoa é que torna a rede social um importante e forte mecanismo de incentivo à democracia e à manifestação do pensamento, tão perdidos antes da Carta de 1988.

Além disso, uma das grandes habilidades que as redes sociais apresentam é o impacto que impõem na sociedade. Usuários comuns, que apenas expressam sua

opinião são considerados novos especialistas em determinado assunto, alcançando status de verdadeiro líder social. Destarte, a livre e aberta divulgação de opiniões e de compartilhamento das mesmas transformou as redes sociais em um novo círculo social.

A força da democracia insere-se nesse contexto social de grande eficácia das redes sociais, as quais são mecanismos poderosos de pacificação social e de alarme dos problemas que nossa sociedade enfrenta.

2- A MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO

Com a proliferação das redes sociais digitais e sua popularização, a manifestação do pensamento tornou-se o grande protagonista das relações sociais. Nesse contexto, sabe-se que cada pessoa, por meio das redes sociais digitais, pode se expressar acerca de qualquer assunto e em qualquer direção de pensamento. O leque de possibilidades na liberdade de opinião foi amplamente difundido diante dessa simbiose social.

O direito à livre manifestação de pensamento tem como arcabouço jurídico, a Constituição da República Federativa do Brasil, lei maior de um país. Em seu artigo 5º, IV, a Carta de 1988 aduz que é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato. Como ressalva Pinto Ferreira,

“o Estado democrático defende o conteúdo essencial da manifestação da liberdade, que é assegurado tanto sob o aspecto positivo, ou seja, proteção da exteriorização da opinião, como sob o aspecto negativo, referente à proibição de censura”. (FERREIRA, Pinto. Comentários à Constituição brasileira. São Paulo: Saraiva, 1989. V.1, p. 68)

No dizer de Novelino: o homem não se contenta apenas em ter suas próprias opiniões. Ele quer expressá-las e, não raro, convencer os outros de suas ideias. (NOVELINO, 2007, p.170). Essa manifestação de pensamento nada mais é do que o indivíduo se expressar da maneira como melhor lhe aprouver, declarando em seus textos e falas determinada opinião a respeito de algum assunto.

Nessa circunstância, a liberdade de expressão do pensamento é livre, como regra, não encontrando no ordenamento jurídico, a princípio, nada que a impeça de ser declarada. No entanto, esse direito não pode ser escudo protetivo para a prática de ilícitos. Não pode ser tolerado, num país democrático e social, que indivíduos usem de tal direito para invadir a vida e intimidade de outras pessoas.

Sabe-se, ainda, que nenhum direito pode ser delegado sem limites. Se isso ocorresse teríamos um estado de barbárie, pautado pela desordem e atos criminosos.

Nesse sentido de não permitir práticas que desabonem qualquer conduta, há no direito brasileiro, crimes de responsabilidade civil. Os infratores devem ser punidos para que esse direito seja utilizado de forma adequada.

Ainda na acepção da liberdade de pensamento, viu-se na história recente de nosso país, as redes sociais digitais sendo palco para uma imensa revolução que abalou as estruturas políticas do Brasil. Por meio do Facebook, principalmente, jovens de todo o país mostraram sua indignidade com serviços públicos deficitários ofertados ao povo pelo governo e com isso, formaram um movimento de protesto que invadiu ruas, e chegou até a Esplanada dos Ministérios em Brasília, capital federal.

No dizer de Ilimar Franco, as manifestações não têm um alvo definido nem um objetivo específico. A falta de ligação dos manifestantes, com qualquer partido, sugere que se trata de mobilização contra os Poderes Instituídos. (Ilimar Franco. *Jornal O Globo*, 18-06-2013, p. 2).

Os insufladores do movimento usaram as redes sociais digitais para organizar protestos e transmitir manifestações, muitas das vezes, inflamadas. Com o uso das referidas redes, os manifestantes cada vez mais reuniam simpatizantes do movimento. Todo esse processo foi realizado com uma rapidez que é peculiar apenas a esse tipo de comunicação, onde tudo é instantâneo e assume proporções gigantescas.

Nessa conjuntura, se mostra com clareza solar a força estrondosa e o poder de manipulação e fortalecimento das massas por meio das redes sociais digitais. Não há dúvidas de que o uso desse mecanismo de comunicação pode ser um instrumento para imposição de opiniões e mudanças na conjuntura política, social e econômica de um país.

(SANTAELLA, 2004, p.73) acrescenta que a “(...) revolução da informação não é simplesmente uma questão de progresso tecnológico. Ela também é significativa para a nova matriz de forças políticas e culturais que ela suporta”.

Portanto, o que se viu foi uma comoção nacional, com protestos que se arrastaram por dias e por várias cidades do país. Um fenômeno social de massa inteiramente novo tendo como cerne o uso das redes sociais digitais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história recente do Brasil, que foi marcada por manifestações com proporções nunca vistas antes, mostrou o poder e a influência que as mídias sociais digitais desempenham no seio social. Desse modo, a cultura midiática, forneceu material para o fortalecimento de ideias e comportamentos, ebulição de opiniões políticas e construção de uma identidade social.

O fortalecimento da liberdade de se expressar, tão presente nas redes sociais digitais, forneceu um caminho hábil e célere para a comunicação entre os manifestantes acerca dos rumos dos protestos. Essa nova forma instantânea de se comunicar demonstra o poderio que o entrelaçamento das opiniões dos usuários obtém a cada momento.

Nesse sentido de manifestar o pensamento, emerge a democracia representativa, que tem como objetivo a busca de outros caminhos para se lutar pela estabilização dos poderes instituídos, abrindo novos espaços para se debater assuntos corriqueiros e essenciais.

O forte poderio no manejo de opiniões e manifestações, mudando indubitavelmente os rumos do país, fez surgir um novo tempo social, renovando a maneira do usuário-indivíduo de se posicionar criticamente nas suas relações sociais.

ANÁLISE DO RESULTADO

É inegável o impacto que as redes sociais digitais impõem no meio social. Na sociedade contemporânea, elas são um dos principais vetores de formação de opinião e direcionamento de ideias. O que se depreende com muita clareza é o fortalecimento da democracia, que vive da manifestação do pensamento.

No sentido de se obter uma análise mais profunda dos caminhos percorridos pelo uso das redes sociais digitais como fator impulsor no exercício da liberdade de expressão e da democracia, realizou-se questões acerca do tema relevante.

A coleta de dados foi realizada por uma enquete aplicada entre os dias 19 e 23 de agosto de 2013. Os pesquisados foram escolhidos dentre profissionais do Direito, usuários das redes sociais digitais.

O questionário incluiu desde perguntas pessoais: idade, sexo, grau de escolaridade, frequência de utilização das redes sociais e uma pergunta a ser respondida pelo entrevistado, na qual se inseria a seguinte questão, a saber: A democracia, como forma do exercício do direito da liberdade de pensamento previsto na CRFB/88, através das redes sociais digitais é fato relevante ou não? Por quê?

Nessas circunstâncias, cabe apontar que dos vinte participantes, 80% são do sexo feminino e 20% são do sexo masculino, apresentando como grau de escolaridade, 50% ensino superior completo e 50% pós-graduados. A respeito da faixa etária, 90% entre 22 e 45 anos, e 10% acima de 50 anos.

A pesquisa corroborou a direção do trabalho exposto, na medida em que nas declarações de todos os entrevistados, viu-se a unanimidade em se afirmar que com o alcance das redes sociais digitais quase que ilimitado, faz-se presente um cenário absolutamente favorável à disseminação de opiniões e concretização de pensamentos. Cabe esclarecer que a enquete aplicada com vinte profissionais ligados à área jurídica, envolveu uma pergunta relacionada ao exercício do direito de manifestação, tendo como base o manejo das redes sociais digitais.

Ademais, a pesquisa mostrou uma preocupação com o abuso do direito de se expressar por parte do usuário, que em determinados momentos excede a linha tênue da opinião e adentra no espaço privado de outro indivíduo, causando desconforto e incômodo. A formação do caráter do cidadão da era digital deve ser pautada sem excessos e serviço do bem social.

Ainda nesse sentido, possibilitou-se observar que os entrevistados com idade acima de cinquenta anos possuem maior dificuldade de adentrar nas redes sociais digitais, tendo um receio de grande exposição de imagem e repreensão das ideias expostas por eles.

Os usuários mais novos, com idade entre vinte e dois e trinta anos, corroboram a imagem das redes sociais como um fator primordial para manifestação do pensamento, sem temer, na maioria das vezes, a repercussão que todas as ideias expostas no âmbito da rede social digital possam causar.

O que se confirma, além disso, com essa pesquisa é a grandeza de todo o processo de evolução da maneira como o homem se comunicou. O progresso das

formas de comunicação se fez presente em cada momento da evolução humana, demonstrando que ambos caminharam juntos pela estrada do desenvolvimento.

Observou-se, de um modo geral, através das opiniões coletadas, que há uma explicação para o recente manifesto social disseminado em todo o território nacional. Isso se deu, sobretudo, pelo uso adequado das mídias sociais digitais. É possível notar ainda, que os argumentos dos entrevistados convergem no ponto em que declaram ser a democracia corolário do emprego da livre manifestação do pensamento. Essa manifestação, igualmente, só é possibilitada pelo desenrolar das mídias digitais e sua presença marcante na vida cotidiana do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. v.1. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. *in* A era da informação: Economia, sociedade e cultura

GIOVANINI, Giovani. **Evolução na Comunicação: do Sílex ao Silício**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

LASTRES, H. M. M.; ALBAGLI, S. (Orgs.). **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LE MOS, ANDRÉ. **Cibercultura. Tecnologia e Vida Social na Cultura Contemporânea**. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2010.

LÉVY, PIERRE. **As tecnologias da inteligência - o futuro do pensamento na era da informática**. 13. ed. São Paulo: Editora 34, 2004

_____. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

_____. **O que é virtual?** São Paulo: Editora 34, 1996.

MCLUHAN, Marshal. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. Trad. Décio Pignatari. São Paulo: Cultrix, 1964. (Digitalizado).

MCLUHAN, Marshal; CARPENTER, Edmund. **Revolução na Comunicação**. Editora Zahar. 1968.

MELO, José Marques de. **Teoria da Comunicação: paradigmas latino-americanos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

NEVES, Ricardo. **O novo mundo digital: você já está nele: oportunidades, ameaças e as mudanças que estamos vivendo**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

NOVELINO, Marcelo. **Direito Constitucional para Concursos**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2007.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 21 ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

SANTAELLA, Lúcia. **Culturas e artes do pós-humano – Da cultura das mídias à cibercultura**. São Paulo. Editora Paulus. 2ª edição. 2004.

SOUZA, Carlos Henrique Medeiros. **Comunicação, Educação e Novas Tecnologias**. Rio de Janeiro: FAFIC, 2003.

WOLTON, Dominique. **Pensar a Comunicação**. Portugal: Difel - Difusão Editorial, 1997.